

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

GABRIELA GARCIA ROZA

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL E SEUS CONTORNOS DENTRO DO TRANSTORNO
DO ESPECTRO AUTISTA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

**FRANCA
2023**

GABRIELA GARCIA ROZA

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL E SEUS CONTORNOS DENTRO DO TRANSTORNO
DO ESPECTRO AUTISTA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como parte das exigências para obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Piana.
Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Anaísa Leal Barbosa Abrahão.

FRANCA

2023

R893e	Roza, Gabriela Garcia A Educação Especial e seus contornos dentro do Transtorno do Espectro Autista : desafios e possibilidades / Gabriela Garcia Roza. -- Franca, 2023 86 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca Orientadora: Maria Cristina Piana Coorientadora: Anaísa Leal Barbosa Abrahão 1. Educação Especial. 2. Transtorno do Espectro Autista. 3. Serviço Social. 4. Inclusão. 5. Diversidade. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

GABRIELA GARCIA ROZA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", para obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Piana

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Anaísa Leal Barbosa Abrahão

1º EXAMINADOR (A): Prof^a. Dr^a. Adriana Giaqueto Jacinto

2º EXAMINADOR (A): Prof^a. Dr^a. Eliana Bolorino Canteiro Martins

Franca, 11 de dezembro 2023

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso aos pais, professores e crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Através deste trabalho quero atenuar a luta ao antipacitismo e contra todas as opressões que estão engendradas na nossa sociedade, assim vejo a necessidade de explicitar a importância de uma educação inclusiva e que busque atender as demandas de todas e todos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, desta maneira posso dizer que durante todo o período da graduação ele esteve presente, me dando sabedoria e norteando minha caminhada até aqui. Deste modo posso dizer que meu trajeto foi abençoado e tranquilo, pois perseverei durante todo o processo para que houvesse assim minha vitória.

Agradeço à minha mãe que desde o primeiro momento da aprovação no vestibular me apoiou e me incentivou. De modo em que ela esteve participando de todo o processo e viu de perto toda minha caminhada, por este motivo ela foi de grande importância proporcionando um espaço acolhedor para que eu pudesse me dedicar em torno dos estudos.

Agradeço ao meu pai (*In memoriam*) que esteve do meu lado desde o momento da minha aprovação e infelizmente por pouco tempo esteve ao meu lado dentro da minha caminhada acadêmica dentro da universidade, desta forma quero homenagear o mesmo por ter me educado e dado suporte em todos os momentos.

Agradeço à minha avó materna que ao decorrer da minha graduação esteve ao meu lado dando suporte para a minha manutenção dentro da universidade, desta forma tenho um carinho imenso pela mesma e sua contribuição para minha caminhada acadêmica.

Agradeço à minha avó paterna que ao decorrer da minha graduação contribuiu para minha caminhada acadêmica, desta forma tenho um carinho imenso pela mesma e sou grata pelo suporte que foi empregado a mim.

Agradeço aos meus professores da Educação Básica que foram relevantes para a concretização deste sonho, onde a partir deles tive meu primeiro contato com a educação formal e dessa forma proporcionaram que eu adentrasse neste processo de conhecimento que fez com que eu me apaixonasse pela educação.

Agradeço ao Cursinho Popular Unesp Franca - S.E.U (Serviço de Extensão Universitária) que me acolheu e proporcionou que estivesse ocupando este espaço, tenho um carinho enorme por todos os coordenadores, professores e cursistas que deram o suporte para a sonhada aprovação na Universidade Pública.

Agradeço ao “Cantinho da Fofoca”, grupo de amigos que foi construído no Cursinho Popular Unesp Franca - S.E.U que estiveram ao meu lado durante os momentos mais difíceis enfrentados durante o percurso da rotina de estudos para o

vestibular, onde todos e todas as integrantes dele apoiaram-se e com isso conseguimos passar por essa fase juntos. Desde já digo que não poderia deixar de fazer este agradecimento especial para vocês, tenho um carinho imenso por todas e todos.

Agradeço aos professores da educação superior que fizeram parte de todo o meu processo formativo, de modo que eles foram de extrema importância para que minha formação fosse de qualidade. Além disso, trouxeram o incentivo para a minha caminhada acadêmica, onde tive a oportunidade de participar e compor variados espaços dentro da universidade.

Agradeço a Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Piana que foi de extrema importância para a construção do presente trabalho. Desta forma vejo que ser orientada pela mesma foi uma experiência incrível, onde tive a oportunidade de desfrutar dos ensinamentos e conhecimentos que ela possui frente a área de pesquisa que tenho aproximação. Além disso, foi construído uma amizade que irá permanecer após a conclusão desta etapa de formação.

Agradeço a Prof^a. Dr^a. Anaísa Leal Barbosa Abrahão que foi essencial para a construção da presente temática, após as disciplinas ministradas “Fundamentos Psicológicos I e II” e sua coorientação no presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Partindo disso, obtive o aporte teórico necessário para que pudesse me deter na aproximação com a Educação Especial e o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Assim sendo, vejo que foi construída uma amizade que permanecerá após a conclusão deste ciclo formativo.

Agradeço a Prof^a. Dr^a. Nanci Soares que participou do meu processo formativo em torno do Estágio Supervisionado, onde ela foi a minha Supervisora de Campo. Neste processo tive a oportunidade de me aproximar da temática da População Idosa e compreender as contradições que estão em torno desta população. Além disso, posso dizer que foi construída uma amizade que irá se manter após a conclusão deste ciclo formativo.

Agradeço a Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI) que durante meu processo de formação em torno da construção teoria e prática me proporcionou a aproximação com a profissão. Assim sendo, posso dizer que foi construído um espaço de trocas entre as pessoas idosas e os estagiários, de modo em que esta relação foi essencial para tratar das demandas deles. Além disso, a secretária “Solange” do presente local esteve presente durante este processo formativo instruindo e

partilhando. Deste modo agradeço a todos que fizeram parte deste processo partilhando assim conhecimentos que serão de extrema relevância para a construção da minha jornada profissional.

Agradeço ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação (GEPE SSE), que proporcionou minha aproximação com a temática da Educação e com isso obtive um acúmulo de conhecimentos para a construção da presente pesquisa. Assim sendo, vejo que o grupo foi essencial para meu processo formativo, construindo novos conhecimentos em torno da Educação e do trabalho do Assistente Social na Política de Educação.

Agradeço ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Envelhecimento, Políticas Públicas e Sociedade (GEPEPPS), no presente grupo construi conhecimentos em torno da População Idosa e as Políticas Públicas que abarcam esta população e com isso aproximei da presente temática, de modo que foi essencial para o meu processo de estágio com esta população.

Agradeço a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, que me proporcionou o acúmulo de conhecimentos que possuo atualmente, além disso sou grata a todos/as servidores/as que estiveram presentes durante este período. Ademais, o Restaurante Universitário foi essencial para minha permanência durante o período de Estágio Supervisionado. Dentro deste aspecto a Assistência Estudantil nas suas diversas formas abarcaram as demandas para que minha permanência fosse efetivada dentro da universidade.

Agradeço ao “Universidoidos”, grupo de amigos formado ao decorrer deste período acadêmico, que proporcionou um espaço acolhedor e de partilha. Deste modo agradeço a cada integrante do grupo que tornou este processo de formação mais leve e tranquilo, tenho um carinho imenso por todas e todos.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

(Freire, 2000, p. 67)

ROZA, Gabriela Garcia. **A EDUCAÇÃO ESPECIAL E SEUS CONTORNOS DENTRO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.** Trabalho de Conclusão de Curso - Serviço Social - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2023.

RESUMO

O estudo tem como objetivo compreender a inclusão educacional e social das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Deste modo o trabalho busca apreender a legislação vigente de modo que seja evidenciado se ela está sendo efetivada e como isso pode afetar a população que necessita da mesma para efetivar seus direitos. A partir disso também foi visto os avanços e retrocessos em torno da inclusão educacional e social das crianças com TEA, com os estudos bibliográficos foi abordado como este processo de inclusão está sendo realizado para que seja garantido uma educação de qualidade para todos/as. Ademais, ressaltamos a importância da educação e a relevância dela em volta da criação de novos pensamentos e perspectivas sobre a realidade que vivenciamos. Portanto, foi possível verificar avanços na inclusão social trazendo assim as crianças com TEA para uma vivência social e inclusiva, de modo que este processo traz benefícios para o espaço educacional proporcionando uma educação que se atente a diversidade. Podendo assim neste espaço levantar propostas de debates e oficinas sobre a diversidade, fazendo com que as crianças tenham contato com estes assuntos desde a infância. Outro ponto muito importante que foi tratado na pesquisa está centrado na compreensão das dificuldades das crianças com TEA em meio ao espaço educacional, a partir disso foi buscado bibliografias que tratam da presente temática, fazendo com que fosse identificado como isso afeta no desenvolvimento destas crianças e perspectivas para solucionar esta situação. Ao final, conclui-se que a pesquisa deu visibilidade para esta temática fazendo com que a academia científica e a população tenham acesso a estas discussões feitas e compreendam maneiras de incluir as crianças com TEA nos meios sociais e educacionais.

Palavras-chave: Educação Especial. Transtorno do Espectro Autista. Serviço Social

ROZA, Gabriela Garcia. **SPECIAL EDUCATION AND ITS CONTOURS WITHIN AUTISM SPECTRUM DISORDER: THE CHALLENGES AND POSSIBILITIES.** Final Paper - Social Work - Faculty of Human and Social Sciences, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2023.

ABSTRACT

The study aims to understand the educational and social inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD). In this way the work seeks to apprehend the current legislation so that it is evidenced if it is being affected and how this can affect the population that needs it to enforce their rights. From this will also have been seen the advances and setbacks around the educational and social inclusion of children with ASD, with the bibliographic studies, it was approached as this process of inclusion is being carried out so that a quality education is guaranteed for all. In addition, we emphasize the importance of education and its relevance around the creation of new thoughts and perspectives on the reality we experience. Therefore, it was possible to verify advances in social inclusion thus bringing children with ASD to a social and inclusive experience, so this process brings benefits to the educational space providing an education that pays attention to diversity. Thus, in this space, it can raise proposals for debates and workshops on diversity, making children have contact with these subjects from childhood. Another very important point that was addressed in the research is centered on the understanding of the difficulties of children with ASD in the educational space, from this was searched bibliographies that deal with the present theme, causing it to be identified how this affects the development of these children and perspectives to solve this situation. In the end, it concludes that the research gives visibility to this theme so that the Scientific Academy and the population have access to these discussions and understand ways to include children with ASD in social and educational settings.

Keywords: Special education. Autism Spectrum Disorder. Social services

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	<i>Analysis Behavior Applied</i> ou Análise do Comportamento Aplicada
ABEP	Associação Brasileira de Ensino de Psicologia
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABRAPEE	Associação Brasileira de Psicologia Escolar
AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos Excepcionais
ASD	<i>Autism Spectrum Disorder</i>
CADEME	Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais
CAEE	Centros de atendimento Educacional Especializado
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
CEP	Código de Ética Profissional
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLIDEME	Clínica de Diagnóstico e Terapêutica dos Distúrbios de Desenvolvimento Mental
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
CRESS	Conselhos Regionais de Serviço Social
CTI	Centro de Treinamento Itaim
D.	Dom
D.	Dona
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
DESE	Departamento de Educação Supletiva e Especial
Dr.	Doutor
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
DUA	Desenho Universal da Aprendizagem
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEPEPPS	Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Envelhecimento, Políticas Públicas e Sociedade
GEPESSE	Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na área da Educação
IBC	Instituto, intitulado de Instituto Benjamin Constant
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LBI	Lei Brasileira de Inclusão

LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NAAPs	Núcleos de Aprendizagem e Atividades Profissionais
PAEE	Plano de Atendimento da Educação Especial
PBE	Práticas Baseadas em Evidência
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDI	Plano de Desenvolvimento Individual
PEI	Planejamento Educacional Individualizado
PNEE-EI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
S.E.U	Serviço de Extensão Universitária
SENEB	Secretária Nacional de Educação Básica
SESPE	Secretária de Educação Especial
Sr.	Senhor
SRM	Salas de Recursos Multifuncionais
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TEACCH	<i>Treatment and Education of Autistic and related Communication Handicapped Children</i>
UNATI	Universidade Aberta à Terceira Idade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
SEÇÃO I - A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE.....	22
1.1 A história da educação inclusiva e as legislações brasileiras.....	22
1.2 Os desafios da implementação da Educação Inclusiva no Brasil.....	35
SEÇÃO II - O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUSTISTA (TEA) E A INCLUSÃO NA ESCOLA REGULAR.....	45
2.1 Aspectos conceituais e Diagnóstico das crianças com TEA.....	45
2.2 Educação Básica e o trabalho interdisciplinar na escola.....	47
SEÇÃO III - O TRABALHO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL E DO/A PSICÓLOGO/A NA EDUCAÇÃO (LEI 13.935/2019).....	61
3.1 A atuação dos/as profissionais de Serviço Social e Psicologia na Educação Inclusiva.....	61
3.2 O Trabalho Interdisciplinar na Educação com crianças com TEA.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	83

INTRODUÇÃO

O presente tema foi escolhido a partir da aproximação da pesquisadora em torno da temática, com a participação da mesma dentro do grupo de pesquisa GEPESS (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na área da Educação) que trata de reflexões e busca de conhecimento em torno da atuação do profissional de Serviço Social no âmbito educacional e com isso foram pesquisadas algumas perspectivas para serem tratadas nesta pesquisa.

Adentrando nestes aspectos vemos que foi de extrema importância o contato da pesquisadora com a disciplina de Fundamentos Psicológicos I e II que propiciou a compreensão da relevância de uma pesquisa que tivesse vínculo tanto com o Serviço Social quanto com a Psicologia, tratando a partir disso do anti capacitismo das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Além disso dentro da presente pesquisa foi abordado a Lei 13.935 de 2019 que assegura a inserção do/a Assistente Social e do/a Psicólogo/a na educação básica, evidenciando a relevância destes profissionais dentro do âmbito educacional, pois vemos que dentro deste espaço eles poderão atuar frente às expressões da questão social que é o objeto de intervenção do/a Assistente Social.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) se caracteriza pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM, 2014) por múltiplos déficits persistentes, como por exemplo na comunicação social e interação; reciprocidade socioemocional; comportamentos comunicativos não verbais e em seu desenvolvimento enquanto ser social. Portanto compreendendo estes déficits, vemos que dentre estes marcadores e índices que são critérios para seu diagnóstico também há níveis de gravidade no autismo, sendo caracterizados como:

Nível 1 “Exigindo apoio”: Neste nível é perceptível que em ausência de apoio, os déficits na comunicação social ficam notáveis, além de não conseguir manter uma comunicação coesa e objetiva há dificuldades para iniciar uma conversa e por conta disso também apresenta nível baixo de interesse em se inteirar com a sociedade. Outro fator evidente neste nível é a dificuldade de se quebrar rotinas e atividades, além de problemas para se organizar e cumprir planejamentos que trazem complicações na busca pela independência.

Nível 2 “Exigindo apoio substancial”: Neste nível há dificuldades graves na comunicação verbal e não verbal, trazendo assim dificuldades para uma iniciação de uma conversa e para mantê-la. Outro fator é a dificuldade em lidar com mudanças, tendo assim atos repetitivos e constantes. Trazendo assim sofrimento para mudar suas ações e comportamentos em sua rotina.

Nível 3 “Exigindo apoio muito substancial”: Dentro deste nível é possível compreender que há graves dificuldades de comunicação verbal e não verbal

e na interação social. Outro fator perceptível é a grave dificuldade em lidar com mudanças, tendo ainda mais movimentos e comportamentos repetitivos. Trazendo um sofrimento ainda maior para fazer mudanças em sua rotina. (DSM, 2014, p. 52)

Os níveis apresentados são fundamentais para a compreensão das especificidades que estão atreladas ao autismo, de modo que haja um planejamento para abarcar as questões apresentadas e assim este indivíduo possa se desenvolver de modo qualitativo e com isso ele poderá exercer seus direitos enquanto cidadão podendo participar de todos os espaços sociáveis. Ademais, vemos a importância destes indivíduos serem inseridos no meio social de maneira a participar de decisões e colaborar para uma rede de inclusão qualitativa.

Tratando disso, vemos que o fator decisivo para a escolha da temática teve em sua base a inclusão de crianças que possuísem autismo dentro do âmbito escolar e social, a partir disso a pesquisadora se atentou a fato que estas crianças que possuem algum tipo de deficiência intelectual possuem algumas dificuldades para se expressar e se integrar dentro da sociedade e isso pode trazer várias consequências para as mesmas quando chegarem na fase adulta, portanto com estas constatações foi visto a necessidade de trazer este fato como objetivo central da pesquisa. Outrossim, vemos que as famílias destes indivíduos são culpabilizadas dentro do processo de desenvolvimento e após o diagnóstico de seus filhos, fazendo com que esta família seja excluída do seio familiar, pois os familiares muitas vezes não sabem lidar com as especificidades do TEA que aquela criança pode apresentar.

Além disso há o preconceito da sociedade que estes familiares também vivenciam frequentemente, fazendo com que eles se sintam impotentes e angustiados frente ao que está acontecendo. As autoras Lima e Gomes (2017), trabalham em seu artigo a ideia da trajetória histórica das questões envolvidas às pessoas com deficiência, onde elas contribuem para mostrar os estigmas que estas pessoas sofrem por serem fora dos padrões da sociedade. Além de que há uma adjetivação das pessoas com deficiência como: inválidos, defeituosos, retardados, excepcionais, especiais e outros mais agressivos como “aleijado”, “débil-mental”, “retardado”, entre vários outros que depreciam a pessoa com deficiência física ou intelectual.

Dentro destes aspectos tratados, vemos que nos encontramos em uma sociedade capacitista, racista, misógina, entre vários outros preconceitos que estão engendrados na mesma, fazendo com que o diferente seja visto de modo a ser

excluído e renegado. Outra análise que as autoras fazem é sobre a visão dos teóricos do modelo social, mostrando como eles refletiram sobre o fato da exclusão das pessoas com deficiência e como isso contribui para a manutenção do sistema capitalista. O capitalismo se beneficia de vantagens desse processo, pois as pessoas com deficiência contribuem economicamente fazendo parte do exército industrial de reserva e excluídos socialmente assumem uma posição de inferioridade (LIMA; GOMES, 2017).

Nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, foi possível identificar que há muitas dificuldades para a efetivação da inclusão de pessoas com deficiência dentro das escolas, sendo assim muitas vezes o que ocorre é que estas crianças precisam estudar em uma Escola Especial, com isso é estruturada uma segregação entre as crianças consideradas normativas e as crianças com algum tipo de deficiência. Isso faz com que estas crianças que possuem algum tipo de deficiência se sintam excluídas da sociedade, podendo assim trazer danos psicológicos e de interação social.

Ademais, encontra-se o conceito de inclusão nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica:

Inclusão: Representando um avanço em relação ao movimento de integração escolar, que pressupunha o ajustamento da pessoa com deficiência para sua participação no processo educativo desenvolvido nas escolas comuns, a inclusão postula uma reestruturação do sistema educacional, ou seja, uma mudança estrutural no ensino regular, cujo objetivo é fazer com que a escola se torne inclusiva”, um espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita como desejada. (BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica - MEC; SEESP, 2001. p. 40)

Quando compreendemos o conceito de inclusão citado dentro das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, vemos que é um grande avanço dentro do espaço educacional, pois a partir deste momento houve a criação de um espaço democrático trazendo a diversidade com pauta. Além disso é necessário nos atermos que a diversidade causa movimentos positivos entre estudantes nas salas de aula, pois se entende que a partir disso o preconceito, a discriminação, entre várias outras situações poderão ser tratadas a partir da infância levando estas crianças a compreenderem suas diferenças e respeitá-las, com isso teremos avanços em diversas pautas de inclusão.

Tendo como princípio o avanço relacionado à inclusão no processo educativo de crianças com TEA, vemos que a partir disso temos também um grande avanço nas interações sociais, pois entendendo que dentro do TEA a interação é muitas das vezes a mais prejudicada, temos na inclusão uma oportunidade de trazer as crianças para uma sociabilidade com diversidade. Essas indagações feitas anteriormente fazem com que esta pesquisa seja essencial, pois nela a sociedade e as famílias que possuem filhos com TEA poderiam se beneficiar de uma leitura da realidade que irá compor formas de integralização das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos meios educacionais e sociais.

Partindo do CFESS “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” (2012), vê-se que embora muitos tendem a afirmar que a Educação é um novo campo de atuação do Serviço Social, ele somente foi forjado desde o início da profissão como parte de um processo de requisições postas pela classe dominante quanto à formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, a partir de um padrão de escolarização necessário às condições de reprodução do capital em diferentes ciclos de expansão e de crise.

Além disso, encontra-se em CFESS “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” (2012), que o trabalho é uma atividade fundante do ser social, tendo por assim descrito vê-se que é dentro dele que nos desenvolvemos enquanto humanidade e não como desenvolvimento da natureza. Dessa forma, para pensar a educação é necessário tomar a realidade na perspectiva de totalidade, compreendendo as diversas dimensões que compõem a vida social que traz o trabalho em uma relação de dependência ontológica, mas também de autonomia de mútuas determinações.

A partir destas reflexões feitas anteriormente, é possível dizer que o campo de atuação do/a Assistente Social na Educação sempre esteve presente, pois trazendo a concepção que o nosso objeto de intervenção é a questão social e que suas expressões estão presentes em qualquer espaço sócio-ocupacional, sendo assim é necessário o/a profissional de Serviço Social para atuar com as contradições dela inerentes. Além de que dentro de nossa atuação temos a dimensão educativa que faz com que nosso atendimento assuma um processo de emancipação humana, que muitas vezes é lento por conta de não conseguir uma emancipação total capaz de fazer com que o indivíduo tenha seu próprio pensamento e se mobilize socialmente contra as opressões que ele vivência em seu cotidiano. Portanto, vemos que a

atuação do/a Assistente Social dentro da área educacional é uma ameaça para a classe dominante, pois é necessário que a classe dominada não tenha acesso aos seus direitos, para que não os reivindiquem e por isso que este espaço sócio-ocupacional é forjado e visto como inexistente.

O objetivo geral baseou-se na compreensão da inclusão educacional e social de todas as crianças com o TEA. Nesse sentido, a pesquisa buscou compreender se a legislação vigente está sendo efetivada e como isso afeta a população que necessita dela para efetivar seus direitos. Além de que quando pensamos na inclusão social e educacional das crianças com TEA, temos que isso é respaldado pela Constituição Federal de 1988, trazendo assim que todo e qualquer cidadão tem por direito educação, saúde, entre demais serviços que tragam qualidade de vida para os indivíduos.

Os objetivos específicos deste trabalho basearam-se no estudo da legislação vigente para identificar os avanços e retrocessos da inclusão educacional e social das crianças com TEA e desta forma compreender as dificuldades destas crianças em meio ao espaço educacional. A partir disso, foi levantado estudos bibliográficos que estivessem interligados com a contribuição para uma educação de qualidade e inclusiva. Ademais, ressaltamos a importância da educação e como ela traz grandes contribuições dentro da sociedade, podendo assim trazer novos pensamentos e perspectivas sobre a realidade que vivenciamos.

Portanto, com isso também conseguimos avanços na inclusão social trazendo as crianças com TEA para uma vivência social inclusiva e com diversidade, isso traz grandes benefícios dentro do espaço educacional. Podendo assim levantar debates e oficinas sobre o respeito à diversidade, fazendo com que as crianças tenham contato com estes assuntos desde a infância.

Outro ponto muito importante que será tratado na pesquisa será a compreensão das dificuldades das crianças com TEA em meio ao espaço educacional, a partir disso buscaremos bibliografias que discutem sobre a temática, trazendo assim como isso afeta no desenvolvimento destas crianças e perspectivas para solucionar esta situação. Além disso, é objetivo da pesquisa dar visibilidade para esta temática fazendo com que a academia e a população tenham acesso a estas discussões feitas e compreendam maneiras de incluir crianças com TEA nos meios sociais e educacionais.

Para a presente pesquisa foi utilizado a pesquisa bibliográfica, garantindo a busca de informações por periódicos, livros, dissertações, monografias e documentos que tragam informações das legislações vigentes. A pesquisa buscou uma aproximação do método crítico dialético para o desvendamento da realidade pesquisada, fornecendo bases para uma visão totalizante que desvende as problemáticas que estão postas para a efetivação de uma educação inclusiva e de qualidade para todos/as os/as estudantes e a compreensão da base da ordem social, buscando assim os motivos que levam à segregação postas na sociedade a partir do que é considerado “anormal” e “normal”.

A pesquisa foi elaborada em três seções. Na primeira seção, foi tratado sobre a educação inclusiva e a as pessoas com deficiência, neste sentido será abordado a história da educação inclusiva e as legislações brasileiras dando assim base para a compreensão do início da formação das instituições que atendiam esta população. Ademais trataremos dos desafios da implementação da educação inclusiva no Brasil, de modo em que trate dos impedimentos e implementações de políticas que tratem da inclusão no meio educacional.

Na segunda seção, a pesquisa traz o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a inclusão na escola regular, de modo a apontar os aspectos conceituais e o diagnóstico das crianças com TEA para a compreensão dele dando assim o aporte teórico necessário para a apreensão da educação básica e o trabalho interdisciplinar na escola, fazendo com que haja o entendimento de maneiras para a inclusão destas crianças dentro do meio educacional.

Na terceira seção, foi abordado o trabalho do/a Assistente Social e do/a Psicólogo/a na Educação e a Lei 13.935/2019, tratando assim da atuação destes profissionais dentro da educação inclusiva, de modo em que eles atuem buscando assim a garantia de direitos desta população. Ademais, foi tratado sobre o trabalho interdisciplinar na educação com crianças com TEA, de modo em que o/a Assistente Social e o/a Psicólogo/a atuem conjuntamente buscando tratar das especificidades deste indivíduo de modo em que o mesmo possa ser incluído dentro da escola regular.

Foi encontrado escassez de estudos na área do Serviço Social em articulação com a Educação Especial, focalizado nas deficiências intelectuais. Portanto, essa pesquisa foi vista como uma oportunidade para dar visibilidade sobre esta temática dentro da profissão. Além de que é um assunto que deveria ser abordado com maior

intensidade na profissão, pois entendendo que dentro do Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993) temos como princípios fundamentais:

[...] VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. [...] (CFESS, 1993. p. 23-24)

Pode-se concluir que é necessário que pesquisas sobre esta temática sejam mais realizadas, para que este tema ganhe mais visibilidade dentro da profissão e para conseguirmos levar estas informações tanto para a academia científica, quanto para a sociedade em geral, que tem escassas informações sobre o assunto, sendo assim é necessário dialogarmos com a comunidade também. Outro fator que pode agregar para a profissão se encontra na criação da Lei 13.935 de 2019 que prevê a inserção dos/as profissionais de Serviço Social na Educação Básica da rede pública de ensino, em trabalho interdisciplinar com a Psicologia, com isso na pesquisa que foi realizada poderemos compreender como a atuação das/dos Assistentes Sociais poderão auxiliar e criar possibilidades na execução de projetos que visem uma educação de qualidade, inclusiva e livre de opressões.

SEÇÃO I - A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE

1.1 A história da educação inclusiva e as legislações brasileiras

A história da Educação Especial se inicia a partir do século XIX, onde foram criadas organizações de serviços para atendimento de pessoas com deficiência visual, deficiência intelectual e deficiência física. Estes serviços foram iniciativas oficiais e particulares de forma isolada que refletia o interesse ao atendimento educacional para pessoas com deficiência, partindo de alguns educadores que estavam vendo esta pauta como importante para ser tratada e articulada dentro do meio educacional, sendo inspirados pelas experiências na Europa e Estados Unidos que estavam sendo concretizadas e foram importantes para a criação de perspectivas de ensino e aprendizagem naquele momento para pessoas que possuíam algum tipo de deficiência.

A partir de 12 de setembro de 1854 houve a primeira providência em relação ao atendimento desta população, sendo assim concretizada pelo D. Pedro II, fundando assim o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Entretanto a criação deste Instituto foi feita a partir de um deficiente visual chamado José Álvares de Azevedo que estudava no Instituto de Cegos de Paris, que chamou atenção pelo seu ótimo desempenho educacional e com isso gerou interesse do Ministro do Império, que influenciou D. Pedro para criar o Instituto que foi inaugurado em 17 de setembro de 1854.

Entretanto foi mudado o nome do Instituto, a partir do Decreto nº 408, sendo intitulado de Instituto Nacional dos Cegos e com isso foi aprovado seu regulamento. Após isso houve o Decreto nº 1320 que trouxe outra nomeação para o Instituto, intitulado de Instituto Benjamin Constant (IBC), em homenagem ao Benjamin Constant Botelho de Magalhães, que foi ex-professor de matemática e ex-diretor do Instituto (Mazzotta, 1996).

Ademais, após três anos da criação do Instituto Benjamin Constant houve a criação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, onde Hüet conseguiu em outubro de 1856, ocupar todo o prédio do Colégio Vassimon, dando assim origem ao Imperial Instituto dos Surdos-Mudos que em 1957 pela Lei nº 3198, de 6 de julho, foi renomeado como Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES. Tendo foco na

educação literária e ensino profissionalizante, de meninos com deficiência auditiva, para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos (Mazzotta, 1996).

Partindo disso temos que em ambos os Institutos criaram atividades que se remetiam a aprendizagem de ofícios, como por exemplo: oficinas de encadernação e tipografia para meninos e de tricô para meninas que possuíam deficiência visual; e oficinas de sapataria, encadernação, pautação e douração para meninos com deficiência auditiva (Mazzotta, 1996).

A criação dos IBC e do INES trouxe com eles a possibilidade de discussão da educação para as pessoas que possuem deficiência, sendo assim foi um grande passo naquele período histórico e com isso houve o 1º Congresso de Instrução Pública, em 1883, convocado pelo Imperador em dezembro de 1882, que tinha como um dos temas centrais a sugestão de currículo e formação de professores para deficientes auditivos e visuais, isso trazia consigo um aprimoramento dos profissionais que lecionavam e com isso poderia se obter uma qualidade maior de aprendizagem e desenvolvimento destes indivíduos (Mazzotta, 1996).

A partir de 1874 o Hospital Estadual de Salvador, que foi renomeado como Hospital Juliano Moreira, iniciou um trabalho com pessoas com deficiência intelectual. Onde neste hospital pessoas com deficiência intelectual poderiam ter acesso a um respaldo médico, não tendo como proposta uma função pedagógica, mas sim medicinal. Podemos assim ter entendimento que estas pessoas estavam neste momento em um processo de segregação, pois dentro da linha medicinal estes indivíduos ficavam isolados da sociedade, pois era considerados um problema social que deveria ser apagado e excluído (Mazzotta, 1996).

Partindo disso vemos que houve alguns momentos importantes que nortearam o interesse em volta da educação para pessoas que possuíam deficiência, no início do século XX houve várias produções científicas e técnicos que foram publicados nesta linha de pensamento. Após este momento na primeira metade do século XX, foram criadas quarenta instituições escolares de ensino regular que eram mantidas pelo poder público da época, que também prestavam atendimentos para a população que possuía deficiência intelectual. Além de outras quatorze instituições que também prestavam atendimentos para a população com qualquer tipo de deficiência.

Neste mesmo período foram criadas mais três instituições que eram especializadas no atendimento para pessoas com deficiências mentais e outras oito que trabalhavam com outras deficiências, com isso neste período foram construídas

e trabalhavam para esta população cinquenta e quatro instituições de ensino regular e outras onze instituições especializadas que dentre elas algumas foram destaque por sua importância naquele momento histórico e pelo seu papel na evolução da educação especial.

Dentre estas instituições podemos citar a Associação de Pais e Amigos Excepcionais - APAE de São Paulo, que possui até os dias atuais grande relevância em seu trabalho com pessoas que possuem deficiências intelectuais ou múltiplas. Ela foi criada a partir da necessidade de uma instituição que fosse especializada com o trabalho envolvendo pessoas com deficiências intelectuais e após a sua criação com as demandas das pessoas com deficiências múltiplas, houve a introdução destas pessoas na instituição. Foi fundada em 4 de abril de 1961, como entidade particular, assistencial, de natureza civil e sem fins lucrativos. Entre seus fundadores podemos citar a D. Alda e o Dr. Olímpio Estrázulas, D. Ruth e Sr. Gilberto da Silva Telles, Dr. Acácio D' Angelo Werneck, Dr. Enzo Azzi e D. Olivia Pereira (Mazzotta, 1996).

Partindo disso, em 1964 foi instalada a primeira unidade assistencial da APAE que foi cedida pela Clínica Psicológica da Faculdade Sedes Sapientiae. O objetivo da mesma era proporcionar condições para a profissionalização de adolescentes com deficiência intelectual do gênero feminino. Após este momento também foi fundada em 1967 a Clínica de Diagnóstico e Terapêutica dos Distúrbios de Desenvolvimento Mental - CLIDEME - núcleo que se torna Centro de Habilitação da APAE São Paulo. No mesmo ano foi criado o Centro de Treinamento Itaim - CTI - que foi destinado para adolescentes com deficiências intelectuais, de ambos os gêneros, que era feito em forma de semi-internato, de uma forma onde havia o ideário de "reabilitá-los" dentro da sociedade, sendo assim fica evidente a intenção de ajustamento que a instituição naquele momento estava trazendo para aqueles indivíduos (Mazzotta, 1996).

Em 22 de maio de 1971 a APAE - SP inaugurou o seu Centro de Habilitação de Excepcionais, que foi a primeira unidade multidisciplinar integrada para o trabalho com pessoas com deficiências intelectuais e para a formação de profissionais técnicos para a área. Após este momento em 1972 foram instalados os Núcleos de Aprendizagem e Atividades Profissionais - NAAPs - que foram construídos em Santana, Santo Amaro, Belém, Lapa e Ipiranga, totalizando cinco unidades dentre os anos iniciais de sua instauração.

A partir de 1971, a APAE - SP construiu um setor escolar para pessoas com deficiência intelectual, de ambos os gêneros. Depois deste momento, em 1981 o setor

obteve autorização da Secretaria da Educação para atuar como Escola de Educação Especial da APAE de São Paulo. Para manter e ampliar seus serviços, além de verbas próprias de contribuições e doações, a APAE - SP firmou convênios com alguns órgãos de âmbito federal, sendo eles o MEC (Ministério da Educação) e o CORDE (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência). De âmbito estadual a Secretaria de Previdência Social, Secretaria da Educação, Secretaria da Ciência e Tecnologia. Ademais, de âmbito municipal a Secretária da Educação (Mazzotta, 1996).

Atualmente existem 2.227 APAEs espalhadas pelo Brasil, sendo 24.900.000 atendimentos por ano e 1.300.000 pessoas assistidas pela instituição. Todas as instituições existentes são filiadas à Federação Nacional das APAEs que funciona para a manutenção e controle dos procedimentos e programas que estão vinculados à instituição. O primeiro presidente da Federação Nacional das APAEs foi o Dr. Antônio Clemente Filho, que prestava serviços na área de deficiência intelectual na APAE - SP e no Brasil, tendo sido diretor-executivo da CADEME (Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais).

A “CADEME tinha por finalidade a promoção de educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional” para crianças com deficiências intelectuais, de todas as faixas etárias e gêneros. A partir da institucionalização da CADEME, foi construído o Fundo Especial, que tinha a natureza bancária, o mesmo deveria ser constituído por doações e contribuições que vinham da União, Estados, Municípios e de entidades paraestatais de economia mista; entre várias outras contribuições de diversos formatos (Mazzotta, 1996).

Após este momento, houve o Grupo-Tarefa de Educação Especial, que foi disposto pela Portaria de 25 de maio de 1972. Neste Grupo-Tarefa foi elaborado o Projeto Prioritário nº 35, incluído no Plano Setorial de Educação e Cultura 1972/74. Em novembro de 1972 James Gallagher apresentou o Relatório de Planejamento para o Grupo-Tarefa e através do resultado dele foi construído o Centro Nacional de Educação Especial - CENESP que tinha como finalidade a promoção da expansão e melhoria dos atendimentos para pessoas que possuíam algum tipo de deficiência. Além disso, ele possibilitou a extinção das Campanhas Nacionais de Cegos e de Reabilitação de Deficientes Intelectuais (Mazzotta, 1996).

As atividades do CENESP possuíam supervisão da Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura, tendo autonomia administrativa e financeira.

Partindo disso sua organização, competência e atribuição foram designadas pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 550. O Regimento Interno era dividido em seis unidades: Conselho Consultivo, Gabinete, Assessoria Técnica, Coordenações, Divisão de Atividades Auxiliares, Divisão de Pessoal e Órgãos Subordinados.

Em sua terceira diretoria o CENESP foi reconfigurado como Secretária de Educação Especial - SESPE, que foi constituída dentro das bases do Ministério da Educação que tinha direção superior dentro da instituição, isso fez com que a SESPE seguisse as competências e a estrutura do CENESP, sendo paralizado somente o Conselho Consultivo. (Mazzotta, 1996)

Assim a estrutura da SESPE ficou designada nas seguintes unidades: Subsecretaria de Educação e Aprimoramento da Educação Especial (Coordenadoria de Estudos, Pesquisas, Inovações e Coordenadoria de Apoio ao Sistema Público de Ensino e Coordenadoria de Apoio às Instituições e Entidades Particulares), Coordenadoria de Planejamento e Orçamento e Divisão de Serviços Administrativos (Mazzotta, 1996, p. 58)

A partir de 15 de março de 1990 houve a reestruturação do Ministério da Educação, sendo assim houve a paralisação da SESPE e com isso as atribuições relativas à educação especial foram realocadas para a Secretária Nacional de Educação Básica - SENEb, onde a partir do Decreto nº 99.678, de 8 de novembro de 1990, foi incluído como órgão da SENEb o Departamento de Educação Supletiva e Especial - DESE, que possuía como competência específica à Educação Especial.

Partindo do posicionamento da instituição dentro da estrutura administrativa do MEC vemos que ela possuiu uma grande oscilação em apenas dois anos, pode-se constatar que estas oscilações podem ter sido causadas pelas opções políticas diferentes que trouxeram desdobramentos na via financeira, administrativa e pedagógica. A partir disso vemos que é necessário compreender a relação entre o MEC e a CORDE, pois entendendo que ela é um órgão federal e mantém estreita interface com a educação especial é preciso identificar as vinculações de liderança interligados aos grupos da sociedade que a CORDE possui para a contribuição na consolidação do parâmetro realizado tendo como norteamento a ação governamental no âmbito do MEC.

Adentrando nestas reflexões realizadas podemos ver que as iniciativas governamentais em prol da educação especial são realizadas em um período político populista, isso era uma forma dos presidentes e atuantes que estavam no governo levantar as demandas que vinham da população para que não tivessem

enfrentamentos com os movimentos populares. Outro ponto que deve ser citado são os lugares de poder político daquele momento, onde pode-se ver que igrejas, sindicatos, grupos econômicos exerciam mais do que uma pressão via opinião pública, mas também a faziam via representantes que havia dentro dos conselhos governamentais, estatais, nacionais e regionais.

Sendo assim o Estado vivenciava uma luta de interesses distintos, onde os movimentos populistas estavam na contramão dos interesses do Estado, a condição que a sociedade estava naquele momento proporcionou a concretização das ações e algumas se transformaram em forças sociais. Historicamente vemos que os pais desta população que possuem algum tipo de deficiência têm sido fundamentais na construção das mudanças no atendimento de seus filhos, fazendo assim grupos que pressionam o governo e o estado para a obtenção de recursos e serviços que abarquem as necessidades específicas de seus filhos.

Ademais, podemos ver que há um grande movimento de pessoas que possuem deficiência, estes grupos levam suas demandas ao conhecimento dos organismos governamentais e isso faz com que haja uma pressão nos governantes para assegurar as necessidades que eles apresentam e assim sejam satisfeitas de modo eficiente e eficaz dentro de suas especificidades. Portanto é necessário reconhecer a importância da participação destas pessoas no planejamento e na execução dos serviços e recursos pertinentes aos mesmos, para que haja a efetividade da sociedade democrática e participativa.

Além de atenuar a participação de pessoas que não possuem deficiência, pois é de extrema importância a busca de conhecimento sobre inclusão e a participação dos movimentos que estão atrelados a ela. Sendo assim, tendo a participação de pessoas que não possuem deficiências com as pessoas que possuem, podemos solidificar ainda mais a luta a favor da inclusão.

A Educação Especial tem como fundamento organizar-se de modo que haja “uma aproximação dos pressupostos e da prática pedagógica social da educação inclusiva”, onde se cumpra os dispositivos legais e políticos. Na Constituição Federal (1988) fica como ordem o atendimento educacional voltado e especializado para qualquer indivíduo portador de algum tipo de deficiência, onde o mesmo deve ser integrado na rede regular de ensino.

Portanto ter um ensino de qualidade e gratuito é direito de todos, com isso vemos que é necessário que haja a criação de programas que fomentem a integração

social e educacional das crianças, adolescentes e adultos com deficiências. Buscando assim mais dignidade para esta população que vivencia várias violações de direitos dentro da nossa sociedade que tem em sua formação vários preconceitos voltados à esta população.

Além disso, é visto que o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) declara os direitos para indivíduos que possuem algum tipo de deficiência, onde é determinado que estas crianças e adolescentes devem receber atendimento especializado; além de não ser objeto de nenhum tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão, sendo assim será punido na forma da lei por qualquer tipo de atentado, ação ou omissão, aos direitos fundamentais desta criança ou adolescente.

A partir da Declaração Mundial de Educação para Todos (Tailândia, 1990) e Declaração de Salamanca (Espanha, 1994), o Brasil busca se atentar e construir um sistema educacional inclusivo, se atentando as prerrogativas que são trazidas nos documentos citados buscando uma educação onde todas as crianças e adolescentes tenham seu direito à educação respaldado. Portanto fazendo com que a inclusão seja um direito para todas as pessoas que possuem algum tipo de deficiência.

Tendo como base as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), é encontrado que é dever da instituição de ensino regular ofertar vagas para estas crianças e adolescentes, tendo as necessárias especificações para cada pessoa com deficiência havendo necessidade. Ademais, dentro das diretrizes é posto que se for necessário o estudante que possui algum tipo de deficiência que dificulte a sua participação na escola regular, poderá ter o direito de adentrar na educação especial, onde este estudante estará em observação para que quando for possível entrar em um sistema ensino regular.

Quando fazemos um percurso histórico vemos que as pessoas com deficiência estão sempre segregadas dentro da sociedade, sendo assim é possível dizer que há uma construção segregadora dentro de nossa sociedade, onde há exclusão de toda e qualquer diversidade, inclusive dentro do acesso ao saber.

As pessoas com deficiência sempre foram vistas como incapazes, “doentes”, dentre outros nomes depreciativos; com isso sempre estiveram em uma posição de desvantagem dentro da sociedade, ocupando posição de ser alvo de caridade ou então da Assistência Social, tirando sua condição de sujeito de direito para uma condição de “pessoa ajudada”. Portanto compreendendo estes estigmas que está população vivência fica nítido que não é apenas com pessoas fora de seu círculo

familiar que estas pessoas vivenciam este tipo de violência e segregação, vemos que não é diferente no seio familiar, principalmente quando se trata de uma pessoa que possui múltiplas deficiências, que quando vai ao meio escolar tem grandes dificuldades em seu aprendizado.

Além disso é necessário compreender que outros segmentos da comunidade ainda permanecem sendo discriminados, como por exemplo: altas habilidades, onde não há aceitação do formato de escolarização bancária e com isso podem ser considerados como indisciplinados, deixando de receber sua atenção específica, onde seria necessária uma busca por aprofundamentos curricular, buscando assim atender as demandas deste indivíduo. Entretanto vemos que isso não acontece ocasionando em abandono do sistema de ensino, por dificuldades de prosseguir dentro do sistema fechado e bancário da escola. Além de dificuldades de relacionamento com os colegas, por apresentar características diferentes deles.

Ademais temos outro grupo que por sua vez também sofre com a discriminação, tendo assim variadas dificuldades para ter sua vida social, escolar e profissional, tendo dito isso vemos que pessoas com síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos que trazem consigo atraso de desenvolvimentos nas áreas de aprendizagem e de relacionamento social, tendem a serem excluídos do sistema educacional. Portanto tendo apontado estes fatos vemos que o sistema educacional possui várias falhas quando se trata de “inclusão”, sendo assim os alunos que possuem algum tipo de deficiência ou até mesmo alguma dificuldade neurológica ou psicológica não tem atenção específica, sendo assim são considerados um problema dentro da sala de aula, fazendo parecer que sua presença naquele lugar não é bem-vinda, ocasionando nesta criança ou adolescentes alguns distúrbios psicológicos envolvendo a rejeição no ambiente escolar ou até mesmo em alguns casos na própria família.

Partindo disso é necessário enfatizar que cada aluno tem suas especificidades e isso vai requerer do professor estratégias pedagógicas diferentes, onde se busque o acesso à herança cultural e aos conhecimentos socialmente produzidos, sendo estas condições necessárias para a inclusão social e o pleno exercício da cidadania de cada indivíduo. Assim temos que a construção de uma sociedade que busque a inclusão e tenha ela como algo fundamental em seu meio é de extrema importância, tendo assim o desenvolvimento e a manutenção do Estado democrático de direito.

A inclusão tem em si mesma a característica de dar a garantia ao acesso a todo espaço comum da vida cotidiana, sendo assim uma vida considerada “normativa”, para todos os portadores de alguma deficiência, dentre outros distúrbios ou transtornos. Onde se deve prezar pelo acolhimento, aceitação e equiparação de oportunidades de desenvolvimento e qualidade de vida, buscando assim eliminar a exclusão e a discriminação destes indivíduos. Ademais temos que como parte fundamental da inclusão o sistema educacional, buscando assim criar estratégias de integração para esta população garantindo um sistema educacional que se atente às especificidades de cada indivíduo.

Havia em muitos casos regime residencial da escola especial, onde a criança ou adolescente com algum tipo de dificuldade ou deficiência ficavam afastados de seus familiares e da sociedade e isso fortalecia ainda mais o preconceito contra esta população. Além de se nos determos na condição psicológica desta criança veremos que esta separação da família e do convívio com a sociedade poderia trazer danos psicológicos para este jovem ou criança, portanto criando maiores dificuldades para o aprendizado dele.

A partir disso na tentativa de eliminar o preconceito e fazer a integração destes alunos nas escolas de ensino regular, foi criado o movimento de integração escolar, onde no início foi criado as classes especiais, onde havia uma integração parcial, para que assim que o indivíduo estivesse pronto passaria para a integração total em uma classe “comum”. Neste processo o aluno devia se adequar a escola que ainda se mantinha inalterada, com isso a integração total só seria realizada se este aluno conseguisse acompanhar o currículo comum da escola. Isso fez com que a maioria das crianças e jovens fossem impedidos de se integrar junto com os alunos considerados “normativos” e com isso não alcançavam níveis elevados de ensino. Assim foi crescendo a quantidade de alunos que eram excluídos do sistema educacional. Além de infelizmente ocorrer com frequência o encaminhamento indevido destes indivíduos para classes especiais, por conta da rotulação que era feita.

Tendo como base o momento em que vivemos atualmente vemos que o pensamento pode ter avançado sobre o assunto, mas ao decorrer do tempo também houve vários retrocessos. Entretanto, hoje a legislação brasileira se posiciona a favor do atendimento aos alunos com necessidades educacionais específicas preferencialmente nas classes regulares de ensino, em todos os níveis e etapas da

vida escolar do indivíduo. Compreendendo esse fato vemos que a educação tem um grande desafio pela frente onde será necessário construir um caminho e trazer uma reestruturação no sistema de ensino, fazendo com que exista respostas para as necessidades de cada indivíduo que esteja matriculado em qualquer instituição de ensino, de todos os níveis e etapas.

Este novo caminho pode ser longo, mas com resistência e criatividade para a construção de novas metodologias de ensino poderá se alcançar os resultados esperados. Ademais se sobrepõe o direito à dignidade e identidade como cidadãos que não pode ser negada. A dignidade humana não permite que se faça qualquer tipo de discriminação, ao invés disso nos exige igualdades de oportunidades, temos que nos determos que há uma dívida social que deve ser resgatada, tendo como foco a busca de oportunidades e direitos sociais para estes indivíduos.

Em nossa sociedade ainda vivemos com vários estigmas em relação à diversidade tratando de forma ruim ou que deve ser excluído, mas fazendo uma análise sobre o fato pode-se compreender que isto é parte do sistema capitalista, onde ele se beneficia dentro da exclusão fazendo com que haja um exército de reserva, para que quando se necessite destes eles estarão prontos para aceitar qualquer tipo de condição de trabalho, dentre outras situações que lhe possam surgir. Portanto a educação tem seu papel de contradição dentro deste processo, em que se poderá fazer questionamentos ou movimentos contra ao que está posto, fazendo com que estas mentes pensantes possam buscar entendimento sobre seus direitos e lutar para que eles sejam exercidos.

A partir disso temos que no âmbito político é necessário a atuação frente a estes estigmas fazendo com que se assegure a matrícula de todo e qualquer estudante, além de se organizar para que o atendimento para este indivíduo seja de qualidade e isso requer que outras instâncias estejam engajadas para a garantia das vagas no ensino regular, entre outras especificações que forem necessárias.

Ademais temos que a capacitação dos professores para atuar dentre estes estudantes deve ser feita com seriedade buscando assim um aprimoramento e especialização na área da educação especial, tendo dito isso é considerado um profissional capacitado na área aquele que tem percepção das necessidades educacionais dos alunos; possui direcionamento para a flexibilização das atividades pedagógicas nas diferentes áreas do saber; busque uma avaliação contínua do

processo educativo e a eficácia do mesmo; e deve estruturar uma atuação em equipe, que seja interligada com professores especializados em educação especial.

Partindo disso temos que qualquer estudante pode apresentar necessidades educacionais e os professores precisam estar capacitados para criarem diversas estratégias para responder às mesmas; através de recursos e apoios de caráter específico poderá proporcionar ao estudante meios de acesso ao currículo escolar. Sendo assim é necessário que ao invés de focar na deficiência do indivíduo se busque respeitar e dar condições de aprendizagem para ele; por fim não deve buscar um ajustamento do indivíduo a padrões “normativos”, mas é necessário que a escola se ajuste para atender a diversidade dos estudantes que integram-a.

No decorrer do processo de aprendizagem deverá haver uma avaliação pedagógica, onde busque analisar as barreiras que estejam impedindo ou dificultando o processo educativo destes estudantes que apresentem qualquer tipo de deficiência, além disso a avaliação deve levar em consideração todas as variáveis que venham trazer dificuldades na aprendizagem deste indivíduo, tendo por assim descrito vemos que estas dificuldades podem ser de cunho individual, de ensino ou até mesmo envolvendo as diretrizes da educação. Sendo assim se deve buscar compreender as relações que se encontram dentre elas.

Por meio disso a ênfase deve ser no desenvolvimento e aprendizagem do estudante, e com isso também no aprimoramento da instituição de ensino em que este indivíduo esteja matriculado. Fazendo com que esta avaliação seja entendida como um processo permanente de análise das estruturas e condições que venham a interferir no processo ensino aprendizagem desse estudante. Portanto é necessário que a partir da avaliação se busque compreender as potencialidades e necessidades de cada estudante e que estas sejam tratadas de maneira a dar condições satisfatórias para a continuação deste estudante nesta instituição de ensino. Sendo assim é necessário que haja uma equipe de avaliação que conte com a participação de todos os profissionais que estejam engajados e trabalhem para acompanhar o desenvolvimento deste aluno.

Quando ocorrer da Instituição de Ensino não possuir os recursos necessários para compreender as necessidades deste estudante é fundamental que se busque uma equipe multiprofissional, onde estes profissionais podem ser de outras instituições, da comunidade ou até mesmo por meio de parcerias governamentais ou não governamentais. Através disso deve se atentar em como esta equipe poderá

trabalhar para que ela traga novas possibilidades e planejamentos para promover uma adaptação curricular que integre este indivíduo dentro da escola, levando assim em consideração a individualidade e sua autonomia como ser social.

Outro fator importante é a criação de relacionamentos com outros serviços especializados dentro da comunidade, tendo por assim descrito temos que há serviços dentro das escolas especiais, centros ou núcleos educacionais especializados, instituições públicas e privadas de atuação na área da educação especial. Dentro disso temos também a integração dos serviços educacionais com os serviços das áreas de Saúde, Trabalho e Assistência Social, onde a partir dos mesmos se poderá garantir a totalidade do processo de integração do indivíduo dentro da sociedade de forma democrática e integral (Brasil, 2001).

Para que todos os objetivos e desafios sejam respondidos é necessária uma equipe que se responsabilize pela educação especial, que esteja voltada aos recursos humanos, materiais e financeiros que vão dar embasamento para a construção da educação inclusiva. De modo que o planejamento de um canal oficial de comunicação, de estudo e de tomada de decisões seja de extrema importância para o andamento do procedimento e estruturação dos serviços voltados para a inclusão destes alunos.

Além de para haver êxito nas mudanças propostas é fundamental que os gestores educacionais e escolares assegurem a acessibilidade para estes estudantes, trazendo a eliminação de barreiras que estão presentes no âmbito escolar (na edificação), dentro disso se coloca as instalações, equipamentos e móveis. Ademais também se encontra as dificuldades com o transporte sem as devidas ações de acessibilidade para que todos possam seu direito de participar e construir conhecimento dentro das instituições de ensino. Portanto, para se construir um espaço de acessibilidade é necessário padrões mínimos, onde haja uma infraestrutura que abarque qualquer tipo de deficiência que o indivíduo possa apresentar.

Tratando-se do processo educativo é importante salientar que é necessário que a escola apresente condições de comunicação e sinalização, onde o indivíduo possa utilizar do sistema Braille, da língua de sinais e outras linguagens e códigos utilizados para o seu aprendizado. Com isso será respaldado o direito de acessibilidade dentro das escolas, buscando assim incluir estes alunos nas atividades "normativas" da escola.

Outro ponto de relevância seria o fomento de atitudes e atividades que busquem interligar as famílias, alunos, professores e a comunidade escolar em geral;

fazendo com que haja a superação dos obstáculos da diversidade e do preconceito que está na base de nossa sociedade, além de executar um plano de apoio à inclusão escolar conjuntamente com serviços e experiências de instituições que já trabalham e tiveram experiências bem-sucedidas dentro da educação inclusiva.

Partindo disso é possível compreender que é necessário focarmos na educação inclusiva em uma perspectiva ampla e diferenciada quebrando os paradigmas existentes na sociedade, onde ela deva de voltar para a prática da cidadania fazendo com que esta instituição escolar seja dinâmica, que tenha como direção o respeito e valorização das diferenças entre os estudantes. Assim o estudante deve ser considerado um sujeito que está em processo de busca pelo conhecimento, aprendizado, reconhecimento e construção de sua própria cultura.

Ademais vemos que a educação especial se amplia abrangendo outras dificuldades que o indivíduo possa possuir, dentre elas se encontram “as dificuldades cognitivas, psicomotoras e de comportamento, onde anteriormente estes alunos eram negligenciados e excluídos dos apoios escolares. Trazendo para o quadro de dificuldades a dislexia e disfunções correlatas; problemas de atenção, perceptivos, emocionais, de memória, de comportamento”; e ainda outros fatores correlatos ao ecológico e socioeconômico, como exemplo temos a privação de caráter sociocultural e nutricional que pode trazer danos para o aprendizado do indivíduo que perpassa por estas situações de privação (Brasil, 2001).

Assim fica evidente que qualquer aluno pode apresentar dificuldades de aprendizagem ao longo do seu processo educacional, tendo por isso descrito é visto que as instituições de ensino devem estar atentas às mudanças de comportamento de seus alunos para buscarem compreender o que está acontecendo após a sua saída da escola, fazendo assim uma análise cuidadosa do que está sendo tratado e não culpabilizar o indivíduo por seu mau comportamento ou até mesmo por sua dificuldade no processo de aprendizado.

Por fim, é fundamental atenuar o fato de que a educação inclusiva é fundamental para a criação de oportunidades e a garantia de direitos desta população que é frequentemente estigmatizada dentro da sociedade, trazendo assim uma qualidade de vida melhor para estes indivíduos. Além disso é necessário se pensar os desafios que serão encontrados para esta implementação, para que assim se fortaleça a luta em favor da equidade.

1.2 Os desafios da implementação da Educação Inclusiva no Brasil

Para contextualizar, falar da Educação Especial no Brasil necessariamente deve ser levado em consideração dois aspectos constitutivos de nossa sociedade, sendo eles a desigualdade e a diversidade. O Brasil teve em sua constituição e construção diversidade de populações, mas dentro disso sempre houve a desigualdade, onde alguns indivíduos possuíam mais oportunidades do que os outros, deixando assim uma segregação de espaços e oportunidades.

A formação econômica do país sempre esteve em volta da manufatura e commodities, isso fazia com que a economia não fosse estável e periférica, trazendo graves problemas para o desenvolvimento econômico do país. Vemos que a situação econômica do país é um problema ainda na atualidade fazendo com que haja gravíssimas desigualdades sociais, envolvendo moradia, saúde, educação, dentre outros. Tendo assim descrito, vemos que ainda há presente os resquícios do passado escravagista do país, onde muitas famílias não foram incorporadas diretamente ao setor produtivo e isso levou esta população a viver em condições extremamente precárias.

Dentro da República, a população que não tinha acesso ao estudo e conseqüentemente estava desempregada foi considerada marginalizada dentro da sociedade, trazendo assim uma visão do que era correto e dos maus costumes e com isso houve uma visão que o Brasil estava atrasado em relação à Europa, sendo assim era necessário mudar os costumes e as formas de vida baseadas na visão europeia para assim ter um avanço dentro do país.

Esta visão de marginalização alcançava também as crianças que possuíam algum tipo de deficiência, fazendo com que elas fossem estigmatizadas dentro da sociedade, sendo algo a ser excluído da mesma. Trazendo este aspecto vemos que era uma visão higienista, que levava consigo a separação destas crianças na sociedade, especificamente dentro das escolas, onde se via que seria mais eficiente uma educação que traria uma classificação de estudantes "normais" e estudantes "anormais", iniciando uma visão voltada à psicopedagogia no atendimento aos estudantes que possuíam algum tipo de deficiência.

Tratando da relação da educação pública temos que nos atentar que neste momento a educação era considerada imprescindível para a construção de um país

sem marginalização e atraso, havia assim uma grande preocupação com a alfabetização da população que foi miscigenada no país.

Havia também a desigualdade racial, onde a população negra e que foi miscigenada no país era considerada como marginalizada, além de seus atos serem considerados "maus" e por este motivo era necessário o investimento em uma educação que trouxesse "boas maneiras" para eles. Assim fazendo uma análise deste período é necessário termos como norte como esta questão ainda está presente na contemporaneidade e como isso rebate na vida desta população.

Ao longo do século XX, houve uma ampliação do atendimento educacional no país, mas ainda não era substancial, somente na década de 1990 o país alcançou as taxas de matrícula no ensino obrigatório aproximadamente à universalização, isso foi de extrema importância para o país naquele momento trazendo assim um incentivo a universalização da educação.

Neste processo de universalização eram atendidos os indivíduos que foram historicamente excluídos dentro da sociedade, onde atualmente a educação especial tem em si o seu foco. Portanto eram atendidos dentro de salas de aula de escolas públicas, em classes especiais, em escolas ou instituições especializadas públicas ou privadas, trazendo assim maiores oportunidades para eles conseguirem ter acesso a escolarização.

O conceito de necessidades especiais, adotado no país antes da criação da Política Nacional de Educação Especial que trazia uma perspectiva de inclusão, ainda contribuía para a manutenção do pensamento de uma psicopedagogia dentro do ambiente escolar, principalmente voltado a populações em vulnerabilidade social que sempre foram estigmatizados dentro da sociedade.

A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) foi assim trazido o conceito de discriminação e seu significado dentro dos aspectos sociais, sendo compreendida como qualquer distinção, exclusão, limitação ou preferência por aspectos de raça, cor, gênero, língua, religião, opinião pública ou qualquer outra opinião, com isso foi levantado a importância da igualdade de tratamento dos indivíduos dentro de todos os aspectos (Kassar, 2012)

Adiante, temos que anteriormente a população que possuía algum tipo de deficiência ficava reclusa dentro de uma espécie de "instituição asilar", que mantinham essas pessoas fora da estrutura social, trazendo assim variadas consequências para a saúde mental destes indivíduos, onde este indivíduo fica alienado ao cotidiano das

peças não institucionalizadas, com padrões de comportamentos que estavam interligados com a própria vida institucional.

No início dos anos de 1960, foi formalizado que “todas as pessoas com deficiências teriam o direito de vivenciar experiências normais do ciclo da vida”, não sendo limitado de nenhuma maneira em seus atos cotidianos. A partir disso vemos que anteriormente a pessoa que possuía deficiência não era conhecida como um indivíduo que poderia vivenciar experiências normais do ciclo da vida, sendo introjetado que estas pessoas não poderiam ter uma vida considerada “normativa” (Kassar, 2012).

Além disso, a partir de acordos firmados dentro da Organização das Nações Unidas, foi passado a ser adotado em vários países uma educação que buscasse a inclusão em volta das pessoas que possuem deficiências e houve algumas modificações nas legislações para que houvesse a garantia do direito delas de forma ampliada, contribuindo para que as reivindicações da sociedade civil fossem trazidas para a discussão e criação de políticas públicas que abrangesse este público-alvo.

Assim foram formadas algumas organizações, sendo elas o Conselho Brasileiro de Bem-Estar do Cego e a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), ambos em 1954, entre várias outras instituições e organizações. Além disso houve a aprovação do Artigo 88 da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, que tinha como objetivo a matrícula de pessoas que possuíam algum tipo de deficiência ou transtorno, para quando fosse possível estar adentrando no sistema educacional “normativo”, de modo a integrar estes indivíduos na comunidade (Brasil, 1961).

Em relação ao sistema educacional “normativo” para indivíduos que possuem algum tipo de deficiência vemos que a inclusão ajuda no processo formativo dos indivíduos dentro da sociedade, tratando dos dois aspectos o social e o educacional, com isso vemos que há um desenvolvimento progressivo e contínuo a partir desta inclusão. A partir disso podemos ver que a segregação acaba dificultando o processo de desenvolvimento deste indivíduo enquanto ser social (Santos, 2019).

Além disso, podemos ver que atualmente encontramos uma maior diversidade dentro das salas de aula, possuindo assim dentro das mesmas pessoas com altas habilidades, deficiências, transtornos globais de desenvolvimento, dentre outros. Partindo disso podemos ver que houve grandes avanços que marcaram uma educação mais inclusiva para todos.

Para fortalecer esta política de inclusão vemos que a legislação brasileira traz consigo a não exclusão do/a aluno/a do sistema educacional geral sob alegação de algum tipo de deficiência ou transtornos, trazendo assim a garantia da matrícula ser executada em uma instituição de ensino considerada "normativa", para haver êxito na escolarização desse aluno é demandado para a instituição de ensino a implantação de recursos multifuncionais para o desenvolvimento aprimorado do estudante.

Entretanto dentro destas reflexões levantadas encontramos alguns desafios para a execução desta política de inclusão educacional, vemos que a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961, foi então implantada a normativa que indicava a matrícula destes indivíduos dentro do âmbito educacional "normativo", mas é preciso tratarmos sobre as condições efetivas para que haja um espaço de inclusão nas escolas.

Partindo disso, vemos que a realidade das escolas de ensino público possui diversas práticas envolvendo falta de investimento para que este ensino seja garantido de maneira efetiva, sabe-se que dentro deste espaço encontramos variadas críticas sobre o ensino regular, trazendo questionamentos sobre a qualidade desta educação que está sendo propagada dentro da instituição. Além disso, não podemos esquecer sobre a falta de valorização na mão de obra, recursos escassos de trabalho e condições precárias das instalações, isso traz variadas problemáticas para uma educação inclusiva neste espaço.

Temos que ter como orientação que há um certo perfil de uma escola inclusiva, dentro da mesma é necessário que todos os indivíduos tenham suas especificidades asseguradas para assim ter um desenvolvimento de forma abrangente e de qualidade, não podemos refutar que na escola pública a falta de investimentos na contratação de professores que atuem juntamente com estes indivíduos e os auxiliem neste processo de aprendizagem, podem trazer várias consequências para o desenvolvimento deste indivíduo.

É necessário um trabalho onde se busque entender a educação como um processo de acolhimento, sendo assim este aluno deve sentir segurança dentro daquele espaço para que assim esteja pronto para iniciar seu processo de aprendizagem, sem ser segregado entre os outros indivíduos que estão naquele local. Para isso é necessário a mudança e diversificação do currículo trazendo assim um envolvimento das famílias e da comunidade escolar, trazendo aspectos que busquem o resultado das demandas apresentadas.

Adiante é preciso também haver uma capacitação destes profissionais para atuarem com esta população que possui algum tipo de deficiência, onde se busque a compreensão de suas especificidades e como trazer as suas potencialidades durante as atividades em sala de aula que compõe o currículo, além disso é fundamental tratarmos sobre o uso de tecnologias que estimulem estes estudantes durante as aulas e assim traga um melhor aproveitamento do aprendizado. Portanto estes mecanismos integram um projeto de inclusão que flexibilize o currículo e tragam assim uma educação de qualidade para estas pessoas.

Entretanto encontramos muitas vezes várias falhas neste processo da política de inclusão, onde ela não se encontra em execução inviabilizando o processo de inclusão escolar, pois não são todas as escolas que terão acesso aos recursos que são necessários para a permanência destes estudantes nestas instituições. Visto isso, é necessário haver uma luta em volta desta política para que ela tenha sua viabilização e com isso estes estudantes possam ter seus direitos respaldados.

Ademais, entrando no aspecto familiar é possível constatar que muitas vezes estes pais ou responsáveis não possuem suporte para atender as demandas dos filhos que precisam ter sua atenção de forma demasiada, assim sendo o espaço escolar acaba sendo o local de proteção que esta família poderá deixar seu filho, no espaço de tempo em que ela precisa estar em seu local de trabalho. Isso é a realidade da maioria das famílias, assim dificultando a participação ativa desta família no âmbito escolar, trazendo estas questões devemos compreendê-las em sua totalidade para que não haja a culpabilização da família.

Assim levantando estas reflexões entendemos que no sistema capitalista a visão de educação é mercantilizada e não é mais tratada como um direito, assim vemos como isto reflete na vida das pessoas que possuem deficiência, sendo entendidas como um "problema" para a instituição de ensino, trazendo isto vemos que a inserção destas crianças nas instituições de ensino deve ser uma luta constante para que a inclusão seja exercida e tratada como essencial dentro dos espaços educacionais.

A Educação Inclusiva possui um tripé que a norteia, sendo assim a partir da acessibilidade este aluno poderá desenvolver suas potencialidades respeitando o seu acesso ao conhecimento, utilizando os recursos necessários, sendo eles o usam de braile, libras e a confecção de materiais diferenciados que são projetados para facilitar a vida escolar do estudante que dela necessite.

Além disso temos a mobilidade, que se relaciona com o espaço e os deslocamentos destes estudantes na instituição de ensino, assim sendo é necessário o planejamento para criação de rampas, elevadores, guias para pessoas com deficiência visual, tendo como principal função facilitar o cotidiano destes alunos na instituição. Outro aspecto a ser levantado é a materialidade, que tem por primordial a inclusão do aluno, sendo assim a materialidade pode ser considerada como qualquer instrumento voltado ao ensino e aprendizagem desse estudante.

Partindo destes aspectos vemos que há uma má interpretação em relação às leis e documentações sobre como fazer uma adaptação dentro das instituições de ensino, fazendo com que ela não tenha conhecimento de como isso deve ser feito e a importância dela para a inclusão destes indivíduos. Compreendendo estas questões vemos muitas vezes que as adaptações ficam em volta somente do currículo não ocorrendo de forma integral cumprindo todos os eixos do tripé da educação inclusiva.

Trazendo essas questões vemos que é de extrema importância o apoio governamental e a participação sociedade dentro desta política de inclusão para que haja a assistência técnica, financeira e social, além de tratar também sobre as adaptações necessárias e a previsão de recursos para as salas de aula. Assim é imprescindível que o gestor ofereça tempo e espaço para que os professores, coordenadores e especialistas possam fazer uma roda de conversa, onde haja a discussão sobre dúvidas e demais demandas que se relacionem com a inclusão dos estudantes que possuem algum tipo de deficiência e com isso tenha uma melhor compreensão destes aspectos por parte deles.

Além de ser imprescindível a garantia da formação de uma equipe inclusiva que seja dentro da própria escola e assim poderá haver trocas entre os participantes, onde haja o levantamento de informações relevantes em relação das deficiências dos alunos e na reunião haver a divulgação destes dados para que todos possam o acesso aos mesmos. Traçando assim objetivos que construam uma educação de qualidade e inclusiva para todos.

Por meio disso podem ser criadas ações em relação a resoluções de conflitos em sala de aula, fazendo assim uma conversa juntamente com os alunos para a criação de um diálogo que possibilite a compreensão do trabalho que está sendo feito dentro da instituição em relação à inclusão e como isso é essencial para a convivência em sala de aula e o respeito das diferenças no meio escolar.

Dessa forma, é necessário se pensar um sistema de parcerias com instituições de ensino superior para que haja pesquisas, que visem mostrar dados de como está ocorrendo este processo de integração e como ele pode se aprimorar. Assim teremos como reivindicar os direitos desta população e trazer qualidade nos programas e projetos que a ela são direcionados.

Partindo disso, o atendimento educacional especializado pode ser feito em variados locais, não sendo obrigatoriamente no ambiente escolar. Sendo assim a frequência do aluno fica condicionada ao relatório do professor que está acompanhando este estudante. Compreendendo estes fatores temos que muitas vezes o direito à integração social destes estudantes não é levado em consideração dentro da legislação fazendo com que estes fiquem excluídos e reclusos.

Tratando destes aspectos podemos ver que há ainda uma grande dificuldade entre os/as docentes de mediar o conhecimento frente a estes estudantes que necessitam de um apoio substancial ou regular nas atividades em sala de aula, vemos que isso está diretamente ligado com as falhas no processo de formação ou falta de formação continuada, trazendo assim graves dificuldades para este professor em relação a educação inclusiva.

Encontra-se que geralmente a formação que estes professores possuem são relacionadas com as suas experiências do cotidiano, sendo assim elas compõem parte do fazer profissional deste indivíduo e com isso se ele nunca obteve contato com pessoas que possuíam deficiências sua prática profissional estará limitada em volta de crianças conhecidas como “normativas”. Levantando essas questões vemos a relevância de uma formação profissional que busque a diversidade e com isso este professor estará preparado para atuar nas diversas situações que ele encontrar no ambiente escolar.

Além disso, é visto que o currículo escolar deve estar conjuntamente programado em consonância com as diretrizes nacionais dentre as diferentes etapas da Educação Básica: infantil, fundamental, ensino médio; de jovens e adultos; e profissional. Em qualquer processo escolar é possibilitado uma busca de construção curricular que está garantida na LDBEN, que pode ser complementada se for necessário com atividades que possibilitem ao aluno ter acesso à cultura, à cidadania e a inserção social produtiva.

Trazendo estes aspectos fica evidente que atender as dificuldades apresentadas pelos estudantes requer resoluções adequadas para cada caso. Em

alguns casos deverá se verificar a gravidade das dificuldades e como elas estão afetando este indivíduo, sendo assim quando ficar evidente que pode ser de nível grave deverá ser proporcionado um currículo funcional para este estudante.

Quando o estudante possui dificuldades graves, onde ainda que com apoio e adaptações não alcançar o resultado esperado para a sua formação escolar, as instituições de ensino devem fornecer uma certificação de conclusão de escolaridade, chamada de terminalidade específica. Sendo este um direito regulamentado pelo Artigo 32 I da LDBEN garantindo a este estudante a possibilidade de escolarização (Brasil, 1996).

A terminalidade específica é um certificado de conclusão escolar que indica de forma descritiva as habilidades e competências adquiridas pelos estudantes com grave deficiência intelectual ou múltipla. Sendo assim os alunos que não conseguirem alcançar o nível de conhecimento exigido para a conclusão do ensino fundamental, possuem esta alternativa para possuir sua certificação escolar. A certificação referendada nesta descrição possibilita a este aluno ter um encaminhamento para cursos de jovens e adultos e da profissionalização, conjuntamente com a inserção no mundo trabalho. Além de caber às instituições de ensino formalizarem a idade-limite para a conclusão do ensino fundamental.

Assim temos que a educação profissional é um direito para o estudante com necessidades específicas, sendo assim é visado a partir disso a garantia de sua integração como cidadão dentro da sociedade. Partindo disso deve ser oferecidos cursos pelas instituições de ensino públicas ou pelas privadas, assim por meio de adequações em relação aos programas de educação profissional este estudante poderá se preparar para o mercado de trabalho e com isso terá seu direito de concorrer a uma vaga de emprego no formato competitivo ou dentro de um sistema de cotas relacionado ao seu tipo de deficiência.

Contribuindo para um processo de inclusão social as redes de educação profissional poderão avaliar e certificar as competências que os estudantes não matriculados em seus cursos possuem e indicá-los para o mundo do trabalho. Fazendo com que estes estudantes das instituições de ensino também possam ter oportunidades de ingressarem no mercado de trabalho e ter sua própria independência como cidadão.

Portanto, tratando-se do direito ao ingresso no mercado de trabalho, pode-se ver que a partir das cotas houve um pequeno passo em busca desta inclusão social

fazendo com que houvesse um crescimento de pessoas com deficiência atuando em diversos setores das empresas. Entretanto ainda é visto que os cargos delegados aos mesmos são inferiores e os seus salários também não são correlatos aos outros funcionários, com isso ainda há uma grande segregação dentro destes espaços.

Partindo disso são encontradas também várias dificuldades para a inserção desta população nos espaços de trabalho, onde acontece com grande frequência a não contratação destas pessoas por sua condição física ou intelectual, isso traz graves consequências para a construção da independência desses indivíduos, fazendo com que ele dependa de seus familiares para se sustentar.

Há uma ideia onde que a empresa se considera como inovadora e defensora das minorias, mas isso não é objetivamente o que é visto e encarado por esta população dentro destes espaços, levantando estes aspectos é necessário salientar que o processo de inclusão destas pessoas deve ser digno, sendo assim é fundamental que eles tenham um aporte de todos neste local para que ele consiga desenvolver suas funções e potencialidades.

Assim tem-se que além do trabalho ser fundamental para a autonomia do/a indivíduo/a, ele é de extrema importância para sua integração social, trazendo benefícios para sua autoestima e a oportunidade de se reconhecerem como cidadãos, tendo assim assegurado seus direitos fundamentais para ter uma vida considerada “normativa” dentro da sociedade.

Por fim, entende-se que falar sobre inclusão perpassa todos os segmentos da vida social de qualquer indivíduo e com esta compreensão vemos que a inclusão educacional é uma das vertentes mais importantes, pois a partir da mesma é possível criar possibilidades para a inclusão desta pessoa em outros espaços dando a mesma uma condição de vida digna.

Outro aspecto fundamental é que a escolarização é essencial para todos/as indivíduos/as, pois a partir dela podemos nos reconhecer enquanto seres pensantes e com isso temos a possibilidade de fazer mudanças dentro do cotidiano em que vivemos, dentro destes aspectos a educação pode se tornar emancipadora e libertadora dando a oportunidade para que este indivíduo se desenvolva de forma que ele se atente as contradições impostas dentro da sociedade e lute contra elas.

Entretanto quando a educação traz a vertente conservadora consigo ela faz com que este indivíduo se aprisione dentro de sua própria situação vivenciada, de modo que ele não consiga ter a percepção sobre seus desafios e outras situações que

são encontradas dentro do cotidiano dele, isso faz com que a classe dominante continue tendo seu poder mantido e com isso a classe trabalhadora continua tendo seus direitos negados e negligenciados.

Dessa forma podemos assim compreender a Educação Inclusiva de modo a dar suporte para a próxima seção que aborda o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e os desafios das crianças que possuem TEA para estar presente no âmbito escolar, de modo que este estudante possa se desenvolver enquanto ser social e com isso ter a possibilidade de uma vida considerada “normativa” dentro da sociedade.

SEÇÃO II - O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUSTISTA (TEA) E A INCLUSÃO NA ESCOLA REGULAR

2.1 Aspectos conceituais e Diagnóstico das crianças com TEA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) se caracteriza pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM, 2014) por múltiplos déficits persistentes, como por exemplo na comunicação social e interação; reciprocidade socioemocional; comportamentos comunicativos não verbais e em seu desenvolvimento enquanto ser social. Portanto compreendendo estes déficits, vemos que dentre estes marcadores e índices que são critérios para seu diagnóstico também há níveis de gravidade no autismo, sendo caracterizados como:

Nível 1 “Exigindo apoio”: Neste nível é perceptível que em ausência de apoio, os déficits na comunicação social ficam notáveis, além de não conseguir manter uma comunicação coesa e objetiva há dificuldades para iniciar uma conversa e por conta disso também apresenta nível baixo de interesse em se inteirar com a sociedade. Outro fator evidente neste nível é a dificuldade de se quebrar rotinas e atividades, além de problemas para se organizar e cumprir planejamentos que trazem complicações na busca pela independência.

Nível 2 “Exigindo apoio substancial”: Neste nível há dificuldades graves na comunicação verbal e não verbal, trazendo assim dificuldades para uma iniciação de uma conversa e para mantê-la. Outro fator é a dificuldade em lidar com mudanças, tendo assim atos repetitivos e constantes. Trazendo assim sofrimento para mudar suas ações e comportamentos em sua rotina.

Nível 3 “Exigindo apoio muito substancial”: Dentro deste nível é possível compreender que há graves dificuldades de comunicação verbal e não verbal e na interação social. Outro fator perceptível é a grave dificuldade em lidar com mudanças, tendo ainda mais movimentos e comportamentos repetitivos. Trazendo um sofrimento ainda maior para fazer mudanças em sua rotina. (DSM, 2014, p. 52)

Os níveis apresentados são fundamentais para a compreensão das especificidades que estão atreladas ao autismo, de modo que haja um planejamento para abarcar as questões apresentadas e assim este indivíduo possa se desenvolver de modo qualitativo e com isso ele poderá exercer seus direitos enquanto cidadão podendo participar de todos os espaços sociáveis. Ademais, vemos a importância destes indivíduos serem inseridos no meio social de maneira a participar de decisões e colaborar para uma rede de inclusão qualitativa.

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM, 2014, p. 53-55):

Compreende-se que para se obter o diagnóstico é preciso haver os prejuízos na comunicação e na interação social que são os principais indícios que

mostram a possibilidade do autismo, sendo especificados como Critério A. Além de trazer também como indícios os repetitivos comportamentos, interesses ou atividades, sendo considerados o Critério B, para o diagnóstico. Ademais, também se encontra como indícios os Critérios C, D e E, onde no Critério C e D são levantados dados para compreender se o indivíduo possui prejuízos graves no seu “funcionamento social, profissional ou em outras áreas da vida do indivíduo”. Após isso no Critério E fica condicionado que os déficits de comunicação social, ainda que possam estar “acompanhados por deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual), não podem estar alinhados com o nível de desenvolvimento individual e que os prejuízos podem exceder as dificuldades esperadas com base no nível de desenvolvimento do indivíduo”.

Compreendendo estes indícios levantados, temos que desde a infância eles ficaram perceptíveis e ao passar do tempo ficaram ainda mais presentes na vida desse indivíduo. Os indícios do TEA começam a surgir durante o segundo ano de vida (ocorrendo em volta dos 12 e 24 meses de idade), embora também podem aparecer antes dos 12 meses de idade se os sintomas forem graves e após os 24 meses se os sintomas forem leves.

As características comportamentais do TEA ficam evidentes na primeira infância, apresentando muitas vezes falta de interesse em interações sociais no primeiro ano de vida. Algumas crianças também podem apresentar regressão no desenvolvimento, durante os dois primeiros anos de vida, sendo gradual ou relativamente rápida em comportamentos sociais ou uso da linguagem. Outros comportamentos mais comuns dentre o TEA são as perdas de habilidades além da comunicação social ou as mudanças que ocorrem após o segundo aniversário. Por isso é fundamental os pais estarem atentos a qualquer um destes sintomas mencionados e levar seus filhos para uma avaliação médica para que seja realizado o possível diagnóstico do TEA.

A partir dos primeiros anos da vida escolar é possível ver um avanço no desenvolvimento da criança, estando mais propensa para as interações sociais. Alguns indivíduos podem ter uma deterioração comportamental a partir da adolescência, enquanto a maior parte tem avanços no desenvolvimento. Infelizmente é possível verificar que poucos indivíduos com TEA conseguem ter uma vida independente, onde se tem um trabalho e outras atividades de rotina consideradas “normativas”. Outra questão que merece ser levantada é que não temos muitas informações sobre o autismo na velhice, isso faz com que dificulte o tratamento destes indivíduos ou até mesmo o seu diagnóstico.

Ademais, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) não é degenerativo, o indivíduo mantém sua aprendizagem e sua rotina de maneira regular. Além disso, alguns indivíduos podem ter seu diagnóstico somente após a vida adulta, com isso há dificuldade para obter uma história detalhada sobre o desenvolvimento do indivíduo, com isso é preciso levar em conta as dificuldades relatadas por ele. Partindo disso com uma avaliação clínica, este adulto poderá ser diagnosticado com TEA, desde que apresente pelo menos os Critérios A e B que são os principais que levam ao diagnóstico, sendo estes os prejuízos sociais e de comunicação; e os comportamentos repetitivos e restritivos.

Trazendo estes aspectos podemos tratar também das diversas variações de manifestações que ocorrem em cada indivíduo onde será visto a gravidade de sua condição como pessoa com Transtorno do Espectro Autista, o nível de desenvolvimento que ele possui e sua idade atual. Sendo assim poderá se ter uma avaliação sobre a gravidade do TEA e com isso criar um tratamento que se adeque às necessidades de cada indivíduo.

2.2 Educação Básica e o trabalho interdisciplinar na escola

No Brasil é identificado que a inclusão de estudantes nas escolas comuns foi de forma lenta e gradual, tendo início a partir do século XIX quando foram criadas as primeiras organizações de serviços para atendimento de pessoas com deficiências. Estes serviços eram oferecidos através do interesse ao atendimento destes indivíduos dentro do ambiente escolar, tendo como principais precursores alguns educadores que tratavam esta pauta como sendo de alta relevância. A partir das experiências da Europa e Estados Unidos então foi fomentado a criação de perspectivas de ensino e aprendizagem para aquele público.

Dentro destes aspectos vemos que houve alguns momentos de extrema relevância para o interesse em volta da educação para pessoas que possuíam algum tipo de deficiência, sendo assim vemos que no início do século XX houve várias produções científicas e técnicos que foram publicizados nesta linha de pensamento. Assim houve um fortalecimento em volta da relevância em se tratar deste assunto e a criação de estratégias que abordassem este público.

Outro ponto relevante a ser salientado é que podemos ver que as iniciativas governamentais em prol da Educação Especial foram realizadas no período político

populista, onde isto foi uma forma dos presentes atuantes naquele governo levantas as demandas que vinham da população para que não houvesse um enfrentamento com os movimentos populares. Tendo descrito isso entendemos que neste momento o Estado vivenciava uma luta de interesses distintos, onde o movimento populista se colocava a favor dos interesses da população e com isso na contramão dos interesses do Estado.

Ademais, vemos que houve um grande movimento entre as pessoas que possuíam algum tipo de deficiência, que levantavam suas demandas para o conhecimento dos organismos governamentais e isso fazia uma lata pressão dentre os governantes para que assim houvesse a garantia das necessidades deles de modo a suprir e sanar suas especificidades. Partindo disso fica nítido a importância da participação destas pessoas nos espaços de poder para que eles possam trazer suas demandas no planejamento dos serviços e recursos pertinentes aos mesmos e com isso haja a efetividade da sociedade democrática e participativa.

A Educação Especial tem como fundamento organizar-se de modo que haja “uma aproximação dos pressupostos e da prática pedagógica social da educação inclusiva”, onde se cumpra os dispositivos legais e políticos. Portanto, ter a garantia de um ensino de qualidade e gratuito é um direito de todos e assim há a necessidade da criação de programas que fomentem a integração social e educacional das crianças, adolescentes e adultos que possuem algum tipo de deficiência.

Além disso no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) declara os direitos para os indivíduos que possuem algum tipo de deficiência, onde é determinado que estas crianças e adolescentes devem receber atendimento especializado; além de não ser objeto de nenhum tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão, sendo assim será punido na forma da lei por qualquer tipo de atentado, ação ou omissão, aos direitos fundamentais desta criança ou adolescente (Brasil, 1990).

A Declaração Mundial de Educação para Todos (Tailândia, 1990) e a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994), o Brasil se empenha em construir um sistema educacional inclusivo, que se atente em uma educação inclusiva como direito de todos, não havendo de nenhuma forma a exclusão dentro destes espaços. Tendo como base as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), é possível compreender que é dever da instituição de ensino oferecer vagas para este público,

onde assim haja as condições objetivas para estes poderem se desenvolver de forma equitativa e de qualidade (Mozetti, 2022).

Ademais dentro das diretrizes se encontra também a possibilidade de oferta de vagas na educação especial para aqueles indivíduos que possuírem algum tipo de dificuldade para estar nos espaços educacionais comuns, assim sendo este estudante terá direito de fazer sua transferência para a escola comum se ele conseguir obter êxito no seu processo de aprendizagem. Tendo por assim descrito fica nítido a importância do convívio social destes estudantes com a diversidade para que haja um desenvolvimento no âmbito social e educacional destes indivíduos.

Houve a criação de outras legislações que traziam consigo a importância da inclusão e do direito a uma educação de qualidade e gratuita para todos, sendo elas a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva implementada em 2008 (Brasil, 2008), a Lei nº.12.764 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Brasil, 2012) e a Lei nº 13.146 que traz consigo a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015). Trazendo essas questões vemos a relevância de ser garantido o acesso e o aprendizado deles dentro do âmbito escolar.

Partindo destas questões vemos que somente o acesso não é suficiente, sendo assim é necessário a garantia do aprendizado desses estudantes dentro do âmbito escolar, assim sendo pensando em estratégias para o aprendizado desses estudantes vemos que algumas práticas interventivas são de extrema relevância nas publicações científicas para haver bons resultados em volta do ensino e aprendizagem dos mesmos, com isso podemos citar algumas delas: Análise do Comportamento Aplicada ou *Analysis Behavior Applied* (ABA), nas Práticas Baseadas em Evidência (PBE) e no *Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children* (Cruz; Camargos; Facchin, 2013).

O desenvolvimento de pessoas com TEA é peculiar, sendo assim eles não possuem as mesmas características, mesmo que os sintomas sejam parecidos uns com os outros. Tendo dito isso vemos que cada pessoa com TEA tem sua especificidade e assim deve ser visto como indivíduo único. Assim sendo é necessário atitudes que viabilizem a participação de cada um destes estudantes em cada uma de suas especificidades, garantindo-os sua inclusão no meio.

Para que isso ocorra é necessário a efetivação da Educação Inclusiva, trazendo assim todo seu arcabouço teórico e metodológico para a criação de perspectivas que

abarque cada indivíduo, temos assim a constituição de diretrizes para nortear um ensino e aprendizagem que consiga trazer uma perspectiva de planejamento e reflexão das metodologias que serão utilizadas no ambiente escolar. Além disso, vemos que os objetivos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-EI) trazem o acesso, a participação e o aprendizado do público da Educação Especial em escolas de ensino regular.

Dentro desta Política vemos que a mesma traz algumas definições, uma delas está direcionada aos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades sendo considerados PAEE, sendo assim são colocadas algumas garantias para os mesmos trazendo assim a importância da transversalidade da Educação Especial dentro da educação, desde a Educação Básica até o Ensino Superior; além de ser fundamental o Atendimento Educacional Especializado (AEE); a formação de professores para os mesmos consigam se articular dentro desta Política; e a articulação entre os setores para que haja a implementação de Políticas Públicas para este público-alvo (Mozetti, 2022).

O Atendimento Educacional Especializado somente foi definido como conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente a partir do Decreto nº 7.611/11. Assim ficou definido que este atendimento poderia ocorrer em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) ou em Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), de forma em que houvesse um complemento do currículo escolar para os estudantes que possuíam altas habilidades e a quebra da curricularização formal para aqueles que possuísem alguma deficiência (Mozetti, 2022).

A PNEE-EI foi fundamental para indicar a necessidade de termos a Educação Especial como modalidade de ensino e não somente como um sistema paralelo à educação regular, assim foi visto a importância da mesma e sua função social trazendo assim uma nova perspectiva de educação dentro das normativas que dão as diretrizes para que ela consiga funcionar e executar suas funções, atendendo a todos/as que dela a necessitem de forma democrática e igualitária. Buscando assim reafirmar o compromisso de uma educação para todos e todas.

A partir da Lei Berenice Piana, como é conhecida popularmente as pessoas que possuísem TEA passaram a ser consideradas pessoas com deficiência, além disso nesta nesta fica previsto que estas pessoas tenham o direito ao diagnóstico precoce, ao atendimento multifuncional, ao acesso a medicamentos e nutrientes.

Tendo por assim descrito é garantido para os mesmos acompanhamentos destes estudantes durante seu processo escolar nas escolas regulares quando for necessário.

Ademais vemos que a presente lei prevê multa para os gestores e ou autoridades competentes que não aceitarem pessoas que possuem TEA, sendo assim vemos que ela traz consigo a punição e promulgação desta educação inclusiva e a importância dela para este público que foi e ainda continua sendo marginalizado dentro da sociedade. Através disso temos que é dever do Estado garantir e promover igualdade de direitos e oportunidades para todos.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) traz consigo o direito à saúde, à moradia, ao trabalho e o direito à educação, sendo assim a presente lei se encarrega de estabelecer o aprimoramento do atendimento educacional destes indivíduos, onde ele seja feito com qualidade e com profissionais especializados para garantir “o acesso, a permanência, a participação e o aprendizado dos mesmos em todas as modalidades de ensino” e ao longo de toda sua vida (Brasil, 2015).

Por conseguinte é encontrado na Lei Berenice Piana que se houver necessidade de um profissional de apoio a este estudante, esta instituição de ensino deve ofertar este profissional, onde o mesmo estará encarregado de algumas funções sendo elas tratar das atividades relacionadas à alimentação, higiene pessoal e locomoção deste estudante que possuir algum tipo de deficiência, atuando de forma a abarcar as especificidades deste estudante, em todas as atividades escolares e em todos os níveis e modalidades de ensino-aprendizagem.

Ademais encontramos na Lei Brasileira de Inclusão (LBI) a definição do conceito da pessoa com deficiência sendo considerada pela mesma como uma pessoa que possui algum tipo de impedimento ao longo de sua vida, de maneira física, mental, intelectual ou sensorial, que acarrete algumas barreiras que possam trazer consequências para sua participação efetiva dentro da sociedade (Brasil, 2015).

Deve-se levar em consideração as transformações que houve na concepção social da pessoa com deficiência, onde é necessário pensarmos na mesma para além da dualidade entre educação e especial regular, mas assim tratar deste conceito como unidade, pois a educação não é desvinculada sendo assim deve compreendê-la dentro de sua heterogeneidade e complexidade. Trazendo estes conceitos fica evidente que é necessário que todos os estudantes sejam de responsabilidade da unidade escolar e assim sendo toda a equipe escolar deve desempenhar atividades de

acolhimento no processo de aprendizagem desses estudantes, principalmente em relação aos que são públicos da Educação Especial.

Levantando essas questões fica nítido que esta visão acaba segregando e trazendo para as pessoas com deficiência impedimentos no ambiente, trazendo muitas vezes a relação de inadequação aquele espaço e também a ideologia de não pessoa e como isso está tão presente no nosso cotidiano de forma muitas vezes velada e com isso não levamos em consideração o afastamento destes indivíduos e como isso é prejudicial para os mesmos, que muitas vezes não são conseguem subir de cargo por sua condição física, intelectual, dentre outras especificidades.

Vemos que a educação inclusiva foi incorporada dentro da sociedade não somente pelo Governo Federal, mas também em quase todos os municípios do Brasil, isso faz com que haja um progresso na sua manutenção enquanto política e leva a garantia dos direitos educacionais desses estudantes, mas ainda temos um caminho longo para percorrer pensando na manutenção destes estudantes dentro das escolas regulares.

Partindo disso podemos nos deparar com as problemáticas em volta da implantação desta Política, dentre elas temos a formação continuada dos professores e o estabelecimento de uma relação em que a família esteja presente nesta formação, onde a mesma muitas vezes por suas altas demandas não conseguem participar efetivamente deste processo, além disso é necessário pensar a conscientização das crianças “normativas”, de modo a que interajam e consigam contribuir com a inclusão das crianças atípicas. Estes levantamentos trazem as condições complexas das atuações frente à inclusão, fazendo com que este processo se torne muitas vezes mais lento e gradual nas instituições de ensino.

A diversidade deve ser imprescindível quando nos voltamos a educação inclusiva, pois dentro deste processo é fundamental a busca pelo diferente além disso perpassa a convivência e a estrutura que a escola possui, desta maneira vemos que uma educação inclusiva tem também em si o desenvolvimento de recursos para que ela seja executável, trazendo assim maiores condições de interação entre as crianças “normativas” e atípicas. Dentre estas questões vemos que com maiores recursos é possível um desenvolvimento maior e qualitativo destas crianças.

Tendo como norte estes direcionamentos vemos que mesmo atualmente com as legislações em vigor, estes estudantes ainda sofrem várias dificuldades para se inserir no ambiente escolar, pois vemos que há uma falta de trazer essa pauta dentro

das escolas e com isso vemos que a inclusão se tornou somente a garantia das matrículas, sem parar para refletir a permanência dessa criança no meio, isso faz com que muitas vezes a mesma não se sinta acolhida e nem mesmo consiga participar e se desenvolver no processo de ensino e aprendizagem.

No Brasil ainda encontramos uma dualidade de pensamentos em volta da educação inclusiva, onde existem pesquisadores, familiares e ativistas que defendem uma educação inclusiva total e outros que a defendem de modo parcial, assim sendo no caso da inclusão parcial a escola ficaria responsabilizada em propiciar as condições adequadas para que este estudante desenvolva suas habilidades e conhecimentos necessários durante seu processo escolar, trazendo assim uma certa exclusão desta criança no processo educativo.

Já no caso da inclusão total, vemos que é verificável que neste processo a criança obteria vínculos de amizade e com isso desenvolveria habilidades em volta da socialização fazendo com que ele se desenvolva com maiores aptidões e com isso podemos refletir a qualidade desta educação que traria melhores condições para ele desenvolver suas habilidades e assim este indivíduo teria maiores oportunidades na sua vida adulta.

Levantando essas questões vemos que a inclusão total deve ser o objetivo central para uma educação realmente inclusiva e de qualidade, trazendo assim a criança como protagonista de seu desenvolvimento e assim este estudante terá em seu meio maiores oportunidades para se desenvolver enquanto cidadão e com isso teremos mais qualidade de vida para ele, que obterá sua autonomia quando estiver adentrando na vida adulta.

Devemos tratar das questões relacionadas ao aprendizado deles, assim sendo vemos que o insucesso escolar destes estudantes está muitas vezes interligado com o processo do sistema escolar a partir de uma metodologia inadequada e um currículo fechado que não proporciona a criação de novas possibilidades para o ensino e aprendizagem desse estudante. Entendendo essas questões vemos que poderia haver uma oferta de um atendimento qualificado dentro das escolas, dando assim condições objetivas para estes estudantes participarem das aulas e compreendê-las de maneira qualificada.

O programa de ensino tendo por estas direções explicitadas teria como direcionamento um trabalho colaborativo, onde haveria assim uma parceria entre o professor da educação especial com o professor de escolas comuns, neste sentido

trazemos um novo modelo de ensino que se qualificaria como coensino e a partir do mesmo poderíamos criar várias estratégias dentro das salas de aula, sendo a forma de organizar a sala até a construção de tarefas e a divisão delas. Realizando esta proposição poderia haver uma melhor qualidade de educação para todos em sala de aula.

Outra forma de perspectiva de ensino-aprendizagem importante para se ressaltar aqui é a consultoria colaborativa, através da mesma é visto uma parceria, não sendo um processo hierárquico, onde o consultor e o consultante unem-se esforços para um objetivo que seria atuar de maneira a ter responsabilidade com seus educandos e com o desenvolvimento dos mesmos, assim sendo o psicólogo ou outro profissional poderia trabalhar de forma a auxiliar este professor no planejamento das atividades a serem desenvolvidas e assim colaborar com a redução de comportamentos considerados inadequados dentro da sala de aula.

Na particularidade da escola regular, vemos que a equipe docente tem como tarefa trabalhar na construção do planejamento, ensino e avaliação, assim estes devem ter relação direta com todos os estudantes e levando em consideração as demandas deles. Quando nos deparamos com o planejamento, vemos que a instituição de ensino regular possui direcionamentos e diretrizes para a construção do planejamento e como ele deve ser executado como currículo geral dentro da instituição.

Adentrando ao estudante da educação especial vemos que há um plano específico para eles, sendo direcionado pelo AEE que se tem como um apoio permanente para estes estudantes, fazendo com que eles tenham acesso às salas recursos multifuncionais. O presente plano tem consigo a restrição ao fazer docente do professor do AEE, trazendo estas questões vemos que não há no ambiente escolar regular um planejamento que esteja em concordância com as demandas dos estudantes da educação especial, que envolva todas as disciplinas ofertadas na instituição.

Trazendo essas reflexões vemos que há variados estudos em volta desta temática, onde é buscado uma alternativa para haver um melhor planejamento escolar para estes estudantes, com isso temos o primeiro estudo que corresponde à construção de um Planejamento Educacional Individualizado (PEI), assim sendo ele é constituído por um recurso pedagógico que tenha como centralidade as

necessidades dos estudantes e isso faz com que o processo de ensino e aprendizagem construído pelos docentes tenha sucesso.

O PEI não é utilizado em larga escala considerando em nível de Brasil, com isso podemos ver que não avançamos tanto nas estratégias de inclusão, pois ainda hoje vemos que planejamentos que estão centralizados nas necessidades deste estudante ainda não são utilizados em totalidade no país e isso traz graves rebatimentos na estrutura e nos recursos pedagógicos que serão utilizados neste processo de ensino e aprendizagem destes indivíduos.

Principalmente quando voltamos às necessidades das pessoas que possuem TEA, vê-se que a melhor alternativa dentro do processo de ensino e aprendizagem seria em volta de um Planejamento Educacional Individualizado, trazendo para a discussão a demanda de cada estudante e assim buscar a formulação de um processo educativo inclusivo e que abarque as especificidades de cada um dos estudantes. Assim sendo este processo deve ser de diálogo tanto com os estudantes quanto com os pais, para que todos estejam articulados neste processo.

Tratando da inclusão escolar de estudantes com TEA, vemos que há um aumento significativo após a promulgação da Lei Berenice Piana que trouxe consigo a obrigatoriedade das matrículas para estes estudantes, onde os mesmos a partir deste momento tiveram maiores oportunidades para adentrar nas instituições de ensino regulares. Além disso, houve um grande incentivo para que eles ocupassem este espaço e que houvesse uma busca de trazer a diversidade para as instituições de ensino regulares.

Entretanto ainda vemos que há um enorme déficit em volta da manutenção deste/a aluno/a no ambiente escolar principalmente quando vamos tratar do Ensino Médio, onde há poucos alunos com TEA e isso mostra que ainda o sistema de ensino não traz a garantia de permanência deste aluno, levando em consideração que no Ensino Fundamental eles têm taxas altas de matrículas e ao longo do processo acabam não conseguindo se manter no espaço. Portanto, é necessário refletirmos sobre a criação de um espaço mais democrático e que busque a diversidade.

Os/as professores/as possuem intenção de trabalhar em uma perspectiva em volta de práticas interventivas, mas vê-se que esta não é a prática pedagógica mais adequada para se tratar com os estudantes com TEA. Além disso vemos que ela traz consigo altas variações que dificulta o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, assim os professores não conseguem obter êxito de qualidade de ensino e com isso

eles acabam frustrando suas expectativas. Vemos que isso ocorre por falta de conhecimento dos professores sobre as especificidades de cada estudante, dificultando assim a criação de um melhor caminho e prática pedagógica.

Compreendendo estas questões vemos que respeitar o ritmo de aprendizado de cada estudante é fundamental para criar estratégias de aprendizagem eficazes e que estariam interligadas com as necessidades de cada aluno, assim vemos que o desenvolvimento de habilidades muitas vezes pode ser gradual e com isso é necessário haver uma compreensão por parte dos professores para abarcar as dificuldades deste aluno para que o mesmo não se sinta fora das expectativas esperadas, além disso é necessário que haja um acompanhamento detalhado e que busquem atenuar estas dificuldades que podem ser apresentadas.

Outra proposta que seria interessante dentro do trabalho de planejamento e estratégias de aprendizagem para os alunos que possuem TEA, seria o conceito de Desenho Universal da Aprendizagem (DUA), que traz consigo a consideração da diversidade dos estudantes desde o início do planejamento das atividades que serão desenvolvidas com os mesmos, assim vemos que o DUA traz uma vertente de horizontalidade considerando as questões que estão postas para cada estudante sem fazer exclusão ou mesmo segregação, com isso este aluno poderá se desenvolver de maneira igualitária, dentro de suas dificuldades e habilidades (Mozetti, 2022).

Estes aspectos mencionados nos levam a refletir sobre como seria a construção de um ensino personalizado que buscasse assim considerar as especificidades de cada estudante, assim podemos destacar o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) que é utilizado como instrumento norteador. Assim sendo o PDI ou Plano Educacional Individualizado (PEI) traz em suas diretrizes o foco nas potencialidades do estudante, trazendo assim um novo modo de pensar que objetiva trazer a garantia de um ensino de qualidade para eles.

Nos países norte-americanos possui uma abordagem diferenciada para tratar das crianças com TEA no ambiente educacional, principalmente em escolas públicas regulares onde é utilizado um outro modelo de ensino chamado *Treatment and Education of Autistic and related Communication Handicapped Children* (TEACCH) que fornece norte para o desenvolvimento e aprendizado para pessoas que possuem TEA, sendo assim faz com que o espaço físico desta instituição seja organizada de modo eficiente, trata de desenvolver atividades que são estruturadas utilizando de

materiais concretos e visuais, além de proporcionar que o professor tenha uma atenção específica para este estudante.

Entretanto vemos que este modelo TEACCH está condicionado a comportamentos de forma operacional e isso não proporciona um posicionamento espontâneo frente às questões postas na sociedade fazendo com que este estudante tenha dificuldades de convivência e além disso quando os mesmos estiverem postos em ambientes pouco estruturados podem apresentar dificuldades para se inteirar e de adaptarem ao meio, pois anteriormente seus estímulos foram programados para serem condicionados dentro de normas e condições específicas que o norteiam e agora com o ganho da liberdade de escolhas poderiam se sentir perdidos.

Além disso, podemos nos deter na participação parental que é de suma importância para que assim haja um envolvimento entre a escola e a família para criarem a promoção de uma inclusão social e escolar efetiva. Trazendo estas questões temos que os conhecimentos psicopedagógicos e psicoeducacionais podem trazer um maior desenvolvimento educacional, social e intelectual para este estudante e com isso ele poderá se beneficiar de uma melhor qualidade de vida.

Na particularidade do Transtorno do Espectro Autista (TEA), entende-se que o espaço educacional é muito importante para esta população fazendo com que haja melhoras em sua comunicação oral e desenvolvimento de habilidades, além de trazer convívio social e com isso a compreensão dos relacionamentos e da diversidade. Quando pensamos na inserção desta criança na escola vemos que é necessário estratégias que contribuam para conhecer as especificidades de cada um dos estudantes, fazendo com que seja apreendido suas habilidades e dificuldades.

Partindo destas questões citadas temos que o Transtorno do Espectro Autista se caracteriza por múltiplos déficits persistentes, sendo eles na comunicação social e interação; reciprocidade socioemocional; comportamentos comunicativos não verbais e em seu desenvolvimento enquanto ser social. Portanto quando vamos inseri-lo dentro do âmbito educacional é necessário compreendermos que estas dificuldades podem estar presente em seu desenvolvimento escolar.

As características comportamentais do TEA ficam evidentes na primeira infância, apresentando muitas vezes falta de interesse em interações sociais no primeiro ano de vida. Algumas crianças também podem apresentar regressão no desenvolvimento, durante os dois primeiros anos de vida, sendo gradual ou relativamente rápida em comportamentos sociais ou uso da linguagem. Outros

comportamentos mais comuns dentre o TEA são as perdas de habilidades além da comunicação social ou as mudanças que ocorrem após o segundo aniversário.

Ademais se encontra que existem níveis do TEA, sendo caracterizados pela sua gravidade de dificuldades que este indivíduo apresenta em seu desenvolvimento como ser social, compreende-se que no Nível 1, o indivíduo apresenta déficits de comunicação notáveis, além de não conseguir se comunicar coesamente, outro fator é que neste nível a criança possui dificuldades evidentes de quebra de rotina. Portanto quando esta criança entra na rede de ensino ela pode apresentar dificuldades para compreender sua nova rotina e suas novas obrigações como estudante (Braga; Santos; Buytendorp, 2019).

A partir do Nível 2 este indivíduo apresenta dificuldades graves na comunicação, atrapalhando sua interação social; outro fator presente é a dificuldade de lidar com mudanças, tendo atos repetitivos constantes. Isso faz com que este estudante possa ficar desconfortável dentro da sala de aula, pois se compreende que em sala é necessário um certo posicionamento do aluno, onde ele deve estar sentado em sua carteira cumprindo suas obrigações curriculares.

Adentrando no Nível 3 este indivíduo apresenta graves dificuldades em sua interação social e graves dificuldades para lidar com mudanças, tendo um comportamento mais repetitivo que no Nível 2. Apresentado estas questões fica evidente que este indivíduo terá ainda mais dificuldade para a sua integração dentro da sala de aula, por apresentar comportamento que são descritos como “não aceitáveis”, isso trará consequências para o seu aprendizado.

Atentando a estes aspectos vemos que é necessário apoio e políticas de permanência para que este estudante possa se integrar e buscar conhecimento de forma democrática e igualitária. Portanto compreendemos que os pais, os responsáveis, os professores, a direção, a coordenação, dentre outros profissionais que trabalham na instituição de ensino devem estar engajados para que possam contribuir neste processo. Partindo disso podemos nos encontrar com algum tipo de dificuldade emocional deste estudante e com isso é necessário ter conhecimentos para acolher e auxiliar com naturalidade de forma que ele possa se sentir seguro e incluído neste ambiente, isso será de extrema importância para a criação de vínculos.

É possível verificar que no Nível 1 e 2 a criança possui poucas dificuldades para se inserir na escola, fazendo com que este processo seja mais facilitado e menos doloroso para a criança. Além de com esta inserção ter um avanço em seu

desenvolvimento, estando mais propensa para a interação social e aberta a buscar conhecimentos diferenciados saindo assim da sua rotina, isso faz com que este estudante seja mais autônomo e tenha um melhor desenvolvimento escolar.

Adentrando no Nível 3 vemos que este/a aluno/a precisará de um apoio substancial para as suas atividades escolares, sendo assim é mais propenso a participar da educação especial. Além disso, ele poderá se desenvolver com algumas dificuldades mais graves e que dificultam a ter uma vida autônoma. Entretanto visto que este estudante está em avanço de desenvolvimento poderá migrar para a educação regular, trazendo assim maiores oportunidades para o seu desenvolvimento escolar e social.

Tendo descrito isso é necessário compreender que apresentar TEA, não faz com que o/a aluno/a não tenha que cumprir com suas obrigações com isso também estão sujeitos/as como qualquer outro aluno “normativo” à respeitar as regras da escola, além disso quando se apresenta alguma dificuldade em seu modo de socializar que não seja respeitosa ou que infrinja as normas escolares deve-se ser feita uma conversa para atenuar a situação, buscando assim fazer com que este estudante compreenda que aquele modo com que ele agiu está incorreto e deve ser corrigido.

Outro fator importante para citar são os movimentos sociais que devem ser espaços de luta tanto para os pais participarem quanto para os próprios estudantes para que eles busquem assegurar seus direitos com respaldo legal e por meio da criação e efetivação de legislações. Dentro dos movimentos sociais é possível tratar da abordagem social em torno das deficiências apresentadas pela população, onde pessoas que possuem TEA também podem participar para atenuar sua participação social e evidenciar suas potencialidades e especificidades.

No Brasil a formação dos movimentos sociais em volta das pessoas que possuem TEA foram formados por familiares em sua majoritariedade e posteriormente a partir de 1983 por outras associações. Esta luta realizada majoritariamente por grupos de pais, mães e familiares está em volta dos direitos ao acesso e permanência destes estudantes no meio escolar e nos variados ambientes da sociedade. Assim sendo, temos que o surgimento destes movimentos proporcionou a criação e aprovação de várias legislações que trazem assim uma melhor qualidade de vida para esta população.

Por fim, podemos afirmar que a presença de estudantes que possuem TEA no meio educacional é fundamental para a criação da diversidade e da maior qualidade de desenvolvimento para eles, trazendo assim uma melhor compreensão de suas habilidades e suas especificidades fazendo com que elas sejam levadas em consideração nos variados ambientes que ele poderá participar enquanto cidadão. Além disso é necessário pensarmos na Lei 13.935/19 que traz a participação de Assistentes Sociais e Psicólogos para participarem deste ambiente escolar e construïrem um local mais democrático e participativo, buscando assim atenuar as dificuldades encontradas nas escolas regulares em volta das variadas facetas da questão social.

Dessa forma compreende-se a inclusão das pessoas que possuem TEA dentro do meio educacional e partindo disso podemos adentrar na próxima seção que tratará da importância da participação dos/das Assistentes Sociais e Psicólogos/as dentro das escolas de modo a dar suporte para as famílias, estudantes, professores, dentre outros atuantes da área da educação, fazendo com que haja assim possibilidades de criação de projetos e outras atividades que levem uma perspectiva da educação voltada para a criticidade e com isso o desenvolvimento educacional e a inclusão dessas crianças podem ser efetivados dentro deste espaço, garantindo uma educação de qualidade para todos/as.

SEÇÃO III - O TRABALHO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL E DO/A PSICÓLOGO/A NA EDUCAÇÃO (LEI 13.935/2019)

3.1 A atuação dos/as profissionais de Serviço Social e Psicologia na Educação Inclusiva

A atuação dos/as profissionais de Serviço Social e Psicologia está engendrada com a Política de Educação que está permeada por níveis e modalidades de ensino, onde há em cada uma sua particularidade e sua especificidade, dentro das dinâmicas dos espaços sócio-ocupacionais, legislações, direito envolvido aos entes governamentais, profissionais e públicos.

Seguindo o CFESS “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” (2012), com a atuação do/a Assistente Social dentro desta Política podemos levar em consideração que a categoria ainda não tem de maneira apropriada condições para analisar a complexidade e diversidade de tal Política, assim sendo vemos que ainda há pouco acúmulo de encontros e reflexões voltadas a esta temática, dificultando assim a criação de produções de conhecimento para compreender a realidade dos profissionais que atuam nesta área para que assim houvesse um direcionamento qualitativo para atuação deste profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais voltados a esta Política.

Nesse sentido há muitas possibilidades para o fazer profissional do/a Assistente Social dentro da Política Educacional, pois deve exercer sua autonomia profissional no campo da educação de forma crítica, propositiva e em uma perspectiva de totalidade. Assim temos que analisar a Política de Educação em curso na atualidade é central para que haja uma atuação que esteja posta para promover um espaço mais inclusivo, equitativo e democrático para os estudantes, professores e demais executores da mesma.

Levando em consideração estas questões levantadas vemos que a crescente inserção de Assistentes Sociais na esfera privada e pública faz com que haja uma maior visibilidade deste profissional na área da Educação, sendo assim deve ser levado em consideração as contradições deste espaço, a partir de uma leitura crítica que aponte os condicionantes macroestruturais que estão interligados com o movimento do capital latente, que está produzindo cada vez mais facetas da questão

social sendo a mesma elemento crucial para a nossa atuação profissional (CFESS, 2012).

Pensar no Serviço Social e sua relação com a Educação é um desafio para a categoria, dentro de seus grupos de pesquisas e extensão, além de equipes e coletivos que tratam das diversas inserções no campo das políticas sociais construindo a relação da função laborativa inserida no contexto da Política de Educação que requer uma maior articulação com estes espaços sócio-ocupacionais que eles atuaram. Assim sendo fica nítido a importância do debate e construção de subsídios para esta atuação, onde o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) articulem assim projetos e iniciativas voltadas a presente temática.

Além disso é necessário compreendermos que ao decorrer dos anos a Política de Educação e o Serviço Social eram tidos como distintos, mas vemos que na verdade houve uma incerta conclusão desde os primórdios da constituição da profissão não levando em consideração que a temática foi anulada por interesses da classe dominante para favorecer a mesma quanto a formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, com isso houve a criação de um padrão de escolarização necessário para a reprodução do capitalismo nos seus diferentes segmentos, ciclos e crises que se perpetua até a atualidade.

Partindo disso as demandas que eram apresentadas para que os/as Assistentes Sociais atuassem não eram limitadas aos estabelecimentos educacionais tradicionais, sendo assim elas eram acionadas para atuarem no poder judiciário, das empresas, das instituições de qualificação de força de trabalho juvenil e adulta, pelos movimentos sociais, dentre outras instituições e segmentos que necessitasse deste profissional tanto no campo da educação formal quanto na educação popular.

A educação pode ser entendida como um complexo constitutivo da vida social, dessa forma vemos que ela é fundamental para o ser humano dando assim norte para sua vida social e privada, onde por ela o indivíduo pode adentrar e se contrapor frente às situações que ele vivência. Nesse sentido, podemos ver que ela tem uma função de extrema importância dentro da dinâmica da reprodução social, apresentando assim também como este ser social deve se portar perante a sociedade, compreendendo que vivemos em uma sociedade de contradições onde há aqueles que produzem a riqueza e aqueles que exploram seus produtores e expropriam aquilo que foi produzido pela classe trabalhadora.

Assim sendo, a educação tem em si mesma a função de constituir no imaginário da classe trabalhadora sua função social, onde ela deverá se submeter em condições horríveis de trabalho e com isso serem explorados. Além disso, vemos que dentro deste complexo há a função de apreensão do real, do conjunto de habilidades e técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que tratam de assegurar a manutenção da dominação frente a classe trabalhadora (CFESS, 2012).

Ademais, pode-se encontrar que a educação integra juntamente com outras dimensões da vida social, um conjunto de práticas que dão fundamento para a construção das práticas sociais necessárias para o ser social obter sua funcionalidade na mesma, trazendo assim os costumes que devem ser seguidos e adotados pelo mesmo, através de dar continuidade e funcionalidade para a vida em sociedade. Além disso podemos refletir que dentro destes parâmetros de ensino há grande cerceamento de direitos, onde somente é validado as regras postas dentro deste sistema que trata o diferente como algo a ser excluído ou invalidado (CFESS, 2012).

Trazendo estas questões podemos entendê-la como participante das contradições postas na sociedade, entretanto a partir de projetos e lutas que são construídas pela classe trabalhadora no decorrer dos anos é possível criar possibilidades de uma nova educação que busque emancipar os sujeitos e que não deve se esgotar dentro das instituições de ensino, mesmo que dentro dela haja um espaço privilegiado para que se tenha a construção dos incentivos para a luta e objetivação de projetos que tratam dos interesses da classe trabalhadora.

A partir da compreensão da educação como aspecto fundante da reprodução social temos que há uma relação intrínseca com o trabalho, pois o trabalho é compreendido como atividade fundante do ser social, tendo assim dito vemos que a partir do mesmo é possível a construção deste ser social, trazendo assim o desenvolvimento de sua humanidade como produção histórica dentro do contexto do desenvolvimento da natureza.

Na atualidade vemos que o sistema capitalista se expandiu cada vez mais, onde houve a conversão do trabalho em mercadoria e a partir disso foram produzidas novas formas de sociabilidade, fundamentadas com base na desigualdade entre as classes sociais, na contradição inerente do capital e o trabalho e na sua lógica de produção de mercadorias em escala quantitativa, para que haja a venda da

mercadoria por demanda e assim gerar maior lucro para os donos do capital, gerando um processo de acumulação incessante (CFESS, 2012).

Portanto vemos que as formas de sociabilidade típicas da sociedade capitalista tem em sua constituição um processo alienante em grande escala, que se coloca a favor dos interesses da classe dominante, este processo de alienação se estrutura a partir do modo de produção que converte o trabalhador e seu trabalho em coisas, trazendo assim uma visão de valor de troca, isso faz com que não haja mais a separação entre o objeto e o ser social, fazendo com que o mesmo não se reconhece como participante daquele objeto que foi produzido pelo mesmo e assim o trabalho deixa de ter o seu real sentido e passa a ser somente uma tarefa cotidiana que o trabalhador realiza sem pensar e refletir sobre o que está fazendo.

Isso é a base para que haja a manutenção e aceitação deste modo de organização social que é parte da reprodução da vida cotidiana e marca as instituições que são formativas, dentre elas se encontram as instituições de ensino que cumprem uma função decisiva, mas não de forma exclusiva para a formação do ser social e sua constituição como cidadão e participante das decisões que irão afetar o mesmo.

Desta forma, podemos concluir que a escola se coloca dentro do conflito de classes e assim vemos que as precarizações no ensino público não são meramente algo a ser desconsiderado, mas devemos refletir tendo como direcionamento a compreensão de que estas precarizações têm uma intenção e servem para que a classe trabalhadora continue na sua posição de subordinação.

A partir desta perspectiva fica nítido que a educação formal, não é a única força ideológica que tem por traz da manutenção do capital, mas dentro da mesma há um processo de luta que não consegue por si só emancipar a população. Neste sentido, este movimento de emancipação fortalece a classe trabalhadora para que ela se coloque contra as ideologias dominantes e consiga se tornar um ser independente. Tendo assim descrito vemos que o processo emancipador é fundamental para a desvinculação com a educação bancária.

Além disso, podemos pensar na educação como uma política social que pode influenciar e contribuir para a construção de possibilidades de emancipação da classe trabalhadora, mesmo que ela esteja engendrada nessa ideologia capitalista e mercadológica que a foi imposta, com isso temos que é necessário condições objetivas para que este processo seja efetivamente construído e efetuado dentro das instituições de ensino. Portanto, é necessário que haja um amplo processo de

universalização da educação e das atividades de trabalho que estão encubidas de trazerem a autorrealização para o ser social.

Essa tarefa deve estar interligada com a história destes sujeitos, que são protagonistas das mesmas e assim também são sujeitos políticos que se compõem como classe trabalhadora, dentro da lógica capitalista e com isso é preciso que haja um processo de autoconsciência a partir de movimentos que tratam destes assuntos e que tenham força de mobilização, trazendo assim uma contra-hegemonia que atravesse todas as ações, costumes, dentre outras questões que estão postas dentro da sociedade. Para que isso se materialize é preciso que haja um processo de compreender-se como sujeitos singulares e sociais, onde as instituições escolares teriam grande participação dentro deste aspecto, trazendo assim uma busca por uma educação crítica e que trate de assuntos relacionados à vivência dos estudantes.

Por conseguinte, podemos concluir que a atuação do/a Assistente Social, deve estar imbricada e relacionada com as variadas facetas da questão social, fazendo com que haja a interligação das histórias dos sujeitos com seus aprendizados e com isso haja o protagonismo deste ser social, trazendo o mesmo para se conectar com o seu passado e presente, construindo pontes para que este aprendizado seja horizontal e proporcionando também o conhecimento deste estudante em relação a suas raízes. Assim o Assistente Social deve estar trabalhando em conjunto com os professores, trabalhadores da gestão da unidade escolar além disso é necessário criar pontes com os profissionais da Psicologia, proporcionando para o estudante um trabalho interdisciplinar para tratar de suas dificuldades, potenciais, dentre outras coisas que poderão surgir ao decorrer do tempo.

Partindo destas questões levantadas podemos ver que se tratando da atuação dos Psicólogos dentro da educação temos que a participação deles dentro deste campo é de extrema importância, levando em consideração que as escolas e outros espaços educativos que não são considerados formais reproduzem e revelam ainda a estrutura desigual da sociedade, perpetuando a estigmatização da população empobrecida. Portanto vemos que a realidade das escolas públicas se encontra em contradição com as escolas particulares, sendo assim elas possuem poucos recursos e pouco investimento em relação às escolas privadas.

Direcionando essas questões vemos que a maioria das crianças estão em escolas públicas, portanto vemos que não há uma garantia de uma escolarização de qualidade para a maior parte da população que está utilizando este serviço público,

assim temos que há muita dificuldade para que os profissionais de Psicologia possam atuar dentro destas instituições, onde eles não conseguem ferramentas para a promoção e desenvolvimento destas crianças e adolescentes. Além disso, não havia políticas públicas em volta da rede pública de ensino que fomentassem a contratação de profissionais de Psicologia dentro de suas instituições fazendo com que cada vez mais este profissional não encontrasse este local como um espaço sócio-ocupacional para exercer sua profissão e produção intelectual.

A partir disso houve a criação da Lei 13.935/2019 que garante a inserção tanto de Psicólogos/as quanto de Assistentes Sociais, assim sendo foi aberto com muita luta e várias dificuldades a oportunidade da inserção destes profissionais na área educacional, fazendo com que haja assim um maior apoio e incentivo para o estudante dentro do espaço escolar. Ademais, podemos ver que mesmo após a criação da Lei ainda ela está tendo dificuldades para ser materializada dentro do Brasil, onde há ainda muitas escolas que não estão ofertando vagas para que estes profissionais estejam atuando nas mesmas. Isso é uma das dificuldades encontradas, considerando que a Lei foi sancionada em 2019 deveria haver uma movimentação em volta das contratações destes profissionais (CFESS, 2012).

Além disso, em relação a atuação do Psicólogo no campo educativo temos que o mesmo deve levar em consideração a multiplicidade de aspectos que há dentro da realidade dos estudantes, fazendo assim uma análise crítica e ampla que traga o envolvimento de várias áreas do conhecimento, sendo elas a Filosofia, a História, a Pedagogia, dentre outras que possam auxiliar sua atuação profissional dentro deste espaço e que assim haja uma maior qualidade para o exercício profissional. Portanto, é necessário que este profissional compreenda sobre seu espaço sócio-ocupacional e com isso ele realize com as ferramentas que ele vai delinear para que haja assim o resultado que o profissional está em busca de efetivar naquele espaço, considerando para a sua atuação o código de ética, instrumentos validados de rastreio e práticas baseadas em evidências científicas.

Outro aspecto importante para salientar é que de acordo com Patto (1984), existem três períodos na História da Psicologia no Brasil, sendo o primeiro de 1906 a 1930, onde havia a 1ª República que foi marcado por estudos de laboratório em volta do modelo europeu e não tinha como centralidade tratar da realidade e da intervenção na mesma, já o segundo que foi dentre 1930 a 1960 foi marcado pelo tecnicismo de origem norte-americana e o terceiro que foi a partir de 1960 já tinha uma forma mais

adaptacionista, onde a figura do psicólogo no âmbito escolar era centrada no comportamento e aprendizagem (Guzzo; Mezzalira; Moreira; Tizzei; Neto, 2010).

Partindo disso, de acordo com Almeida (2002) vemos que primeiramente a Psicologia foi associada aos experimentos laboratoriais que marcaram o surgimento da profissão no início do século, sem levar em consideração a mudança na realidade. Posteriormente na segunda metade do século passado, houve outro modelo que tinha tendências psicométricas, onde havia testes psicológicos que fundamentam a proposta clínica voltada para o diagnóstico ou para a mensuração característica da ciência positivista, que tinha como centralidade o controle e a predição no fazer profissional. Assim sendo este modelo de atuação profissional e o conhecimento adquirido a partir das teorias e produções intelectuais deram contribuição para que houvesse a segregação de crianças em salas consideradas “especiais” e a classificação de quem era “apto ou não” para o desenvolvimento nas instituições de ensino. Portanto vemos que a partir deste momento estava surgindo uma política de exclusão em volta das diferenças que as crianças possuíam em seu desenvolvimento e aprendizado, que estava intrinsecamente relacionada com a classe trabalhadora e empobrecida.

As desigualdades sociais postas para a classe trabalhadora são mantidas pelas diferenças em grande escala que estão engendradas em nossa sociedade fazendo com que haja uma disparidade em relação ao nível de escolaridade das crianças e adolescentes que são estudantes em escolas públicas, onde a evasão escolar está cada vez mais presente dentro deste espaço se tornando algo banalizado dentro das instituições, fazendo com que haja uma culpabilização do estudante e da família do mesmo em relação ao abandono escolar não levando em consideração as variáveis que estão interligadas com a vida cotidiana daquele indivíduo que muitas vezes precisa trabalhar para que seja mantido o sustento de sua família.

O Brasil começa somente após 1995 a sistematizar formas efetivas de trazer indicadores educacionais que tragam perspectivas para haver uma reflexão sobre a realidade nacional nas instituições de ensino, onde por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997) fosse feito um referencial oficial que trouxesse estes indicadores tanto na área educacional quanto nos investimentos na mesma. Assim sendo, por meio dele é possível ter acesso às propostas educacionais e internacionais sobre a educação. Trazendo assim uma maior atenção para a educação dentre este período posterior à ditadura militar, onde a educação e a

reflexão crítica eram consideradas imorais e levantavam preocupação para aqueles que estavam no poder (Guzzo; Mezzalira; Moreira; Tizzei; Neto, 2010).

Podemos verificar nos PCNs que durante o período da ditadura no país houve um aumento de larga escala em volta da escola básica, pois a política educacional foi expandida por variadas oportunidades de acesso à escolarização. Entretanto vemos que esta intimação não estava acompanhada por uma qualificação em volta das condições de trabalho tanto dos professores quanto da infraestrutura das instituições de ensino. Fazendo com que haja um processo de destruição do sistema público de ensino, coibindo o país a seguir a agenda neoliberal que foi posta em xeque naquele momento por conta dos empréstimos e princípios do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Diante destas questões, houve grandes índices de repetência e evasão que evidenciaram a grande insatisfação dos professores e da sociedade em volta do ensino que estava sendo propagado dentro das instituições de ensino públicas, de modo que mesmo com a intenção e propagação do idealismo de uma universalização da educação em volta do Ensino Fundamental, que foi empregado posteriormente à ditadura e na base do neoliberalismo implementado no país. Assim sendo, a escolarização das crianças não estava sendo levadas em consideração como algo prioritário dentro do país e isso trazia grandes desafios e um quadro de violação de direitos fundamentais para este indivíduo que teria que estar se desenvolvendo e dentro do processo de ensino e aprendizagem que deveria ser garantido para todos.

Tendo descrito estas reflexões vemos que mesmo com significativas mudanças nos indicadores quantitativos da educação brasileira, ainda vemos que ela permanece distante dos patamares de uma sociedade justa e equitativa, que busque se ater aos direitos de sua população além disso dar condições objetivas para o acesso deles aos serviços públicos. Portanto ainda vivemos em grande discrepância do ensino e isso faz com que ainda hoje haja altas taxas de analfabetismo e crianças que mesmo se matriculando nas escolas não conseguem permanecer ou mesmo se desenvolver no processo de ensino e aprendizagem que temos dentro do currículo mínimo. Ademais, temos que a atuação de Psicólogos nestas instituições não se consolida de forma a ser considerada tanto como importante quanto uma política que busque alterar esta realidade.

As expectativas para atuação de Psicólogos foram centralizadas no ajustamento dos estudantes, fazendo com que estes alunos se mantenham contidos

dentro da lógica capitalista. Desta forma quando este profissional centra sua atuação dentro desta lógica ele é legitimador da desumanização do homem, onde o seu trabalho reproduz e mantém a exclusão. Assim sendo, vemos que a atuação deste profissional fica condicionada frente ao comprometimento com a reprodução das relações instituídas e legitimadas dentro da instituição de ensino.

Houve durante muito tempo a ideia da prática do Psicólogo em volta da educação era centralizada no modelo médico de atendimento em clínicas de Psicologia, entretanto mesmo a Psicologia tenha sido formalizada como profissão no Brasil há quase 50 anos, vemos que o psicólogo escolar ainda não tem uma posição estabelecida dentro do ambiente escolar, fazendo com que o mesmo esteja operacionalizando em secretarias de saúde e assistência social, mas raramente atuando integralmente nas instituições de ensino. Essa ideologia centralizada no modelo médico foi muito usada pela produção intelectual durante muito tempo, fazendo com que eles se centralizassem neste tipo de pensamento que era conservador e não tratava das variáveis da vida cotidiana levando assim a medicalização dos indivíduos.

Assim, vemos que ao longo dos anos após a Psicologia se tornar formalizada como profissão em 1962, houve vários encontros e desencontros entre a Psicologia e a Educação, trazendo diversos posicionamentos ideológicos, conceitos e práticas que foram utilizadas dentro da área e na atualidade vemos que há um movimento que busca superar este modelo de atuação que era até então utilizado e nas produções de pesquisas, que traziam uma vertente de culpabilização do indivíduo e desconsiderando as condições de desigualdade e exclusão que estas pessoas vivenciam, ao invés disso era naturalizado estas condições de vida destes indivíduos.

Por conseguinte, temos que a Psicologia trabalhou durante muitos anos com uma perspectiva conservadora e que não buscava se atenuar dentro das relações sociais que estão engendradas dentro do sistema capitalista e exclusivo que rege as instituições públicas e privadas. Entretanto, vemos que ao decorrer dos anos ela foi se modificando e buscou outras vertentes para a sua atuação profissional, portanto na especificidade da área educacional vemos que sua atuação pode trazer assim modos de retratar, oferecendo tratamento e estofo teórico para subsidiar ações de promoção e prevenção da saúde mental, colaborando com o enfrentamento e recursos frente as facetas da questão social que acabam adoecendo e trazendo consequências para a vida escolar dos estudantes.

Portanto, é fundamental que o Psicólogo e o Assistente Social trabalhem conjuntamente para que assim haja pontes e construções que trazem este estudante para pensar e refletir sobre as suas vivências e com isso haja um favorecimento para a construção de uma educação emancipadora que busque a desvinculação com a educação bancária que não abarca e estimula o processo de se constituir como ser independente a partir de uma formação crítica, democrática e de qualidade para todos.

3.2 O Trabalho Interdisciplinar na Educação com crianças com TEA

A Política de Educação dentro do Serviço Social segundo os “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” do CFESS (2012) ocorre em formas de enfrentamento das contradições postas no espaço escolar que traz consigo a particularização da sociedade capitalista, que traz consigo uma série de facetas da questão social em volta das classes sociais e pelo Estado que fazem com que a população se conforme em sua vivência e com isso não haja uma resposta da população aos seus direitos violados. Portanto ela constitui como uma das práticas sociais mais usuais para que haja a disseminação dos valores que vão trazer a implementação dos bons e maus costumes, fazendo com que assim as crianças ajam de maneira a abarcar as regras e ditames que são impostas as mesmas.

As lutas sociais são de extrema importância para o processo de produção de uma consciência crítica, trazendo assim uma visão ampla das contradições postas a classe trabalhadora, tendo compreendido este fato podemos refletir que a trajetória da política educacional deve ser feita a partir de um resgate histórico que traga assim o entendimento das legislações e mudanças que ocorreram dentro das instituições de ensino que fizeram com que a mesma fosse incubida para mediar as dinâmicas e crises da sociedade capitalista, tendo assim um processo essencial dentro deste modo de reprodução de estabelecimentos consensuais que trazem assim uma repressão para a classe trabalhadora.

Assim sendo podemos ver que a Política Educacional não foi estruturada para que houvesse modos autônomos de pensar e agir, ao invés disso se concentra no fato de manter a reprodução do sistema posto que em seu processo de ampliação das formas de acesso e permanência nos diversos níveis e modalidades de escolarização traz consigo o desenvolvimento de programas assistenciais incentivando a contratação de crédito e incentivo a transferência de recursos do fundo público para a

burguesia educacional. Tendo assim uma ação que acaba sendo compreendida como “mudanças históricas”, mas na verdade o que vamos encontrar é uma educação que está sendo planejada para uma certa população, sendo a mesma da classe dominante. Isso faz com que haja uma incidência de incentivo na contratação de Assistentes Sociais dentro das escolas públicas para a operacionalização técnica de programas assistenciais e uma ampliação de uma ideologia que traz a sustentação da ideia de educação “inclusiva” e “cidadã” (CFESS, 2012).

Partindo disso fica nítido que a educação emancipadora não se realizará dentro das condições postas pelas Instituições de Ensino que estão presentes na Política de Educação, pois a função das mesmas é mediar os processos de reprodução da sociedade capitalista que mesmo havendo referenciais produzidas em diferentes profissões sobre uma educação que busque a emancipação, trazendo assim a criticidade e a compreensão da cidadania dentro dos paradigmas encontrados atualmente na política educacional vemos que isso não ocorre, ao invés disso há uma certa desmobilização do viés crítico que traz consigo a intencionalidade das instituições de ensino.

A cidadania que orienta os projetos e programas tem sido de diversas maneiras forjada dentro da sociedade que tem consigo um pressuposto de uma igualdade centralizada nas relações contratuais entre os proprietários que são diversificados, sendo a maioria força de trabalho e os outros dos meios de produção. Portanto vemos que deve haver a ampliação e consolidação dos direitos sociais para a classe trabalhadora, assegurando para a mesmas políticas sociais que venham do Estado como uma das estratégias para a luta da classe trabalhadora pela sua emancipação de modo efetivo que traga a possibilidade da superação deste modelo de sociedade e de suas formas de institucionalização dos direitos sociais (CFESS, 2012).

É fundamental que haja a ampliação dos direitos sociais de maneira que a compreensão da cidadania em seu sentido mais classista e que não seja feita de modo abstrato, tendo como reconhecimento a Política de Educação como um direito social que deve ser universal e que se mobilize dentro das lutas sociais como um meio de buscar uma nova ordem societária. Partindo disso, a concepção de educação não deve se desvencilhar das estratégias de ampliação dos direitos humanos e sociais de cada cidadão, isto consiste que haja um amplo processo de formação de autoconsciência para denunciar e possivelmente superar as desigualdades sociais que fundam o sistema capitalista e com isso também refletem na constituição de nossa

sociedade de maneira violenta e que trazem várias negações de direitos para a classe trabalhadora.

A partir disso temos que a concepção de emancipação se coloca frente a garantia do respeito à diversidade humana, afirmando assim os direitos humanos, levando em consideração a livre orientação sexual e a expressão sexual de cada indivíduo e sua livre identidade de gênero. Isso traz consigo a possibilidade da realização de uma educação que não seja sexista, racista, homofóbica, lesbofóbica e transfóbica. Portanto entendemos que a democratização está entrelaçada na base da construção de uma sociedade igualitária, que busque a emancipação do indivíduo e se fundamente em uma educação que compreenda estes fatores como fundantes dentro dos processos de socialização política e do poder como condição central para que haja a superação da sociedade de classes (CFESS, 2012).

Assim sendo, vemos que as atribuições dos/das Assistentes Sociais são orientadas pelos princípios, direitos e deveres que estão postos para eles no Código de Ética Profissional (CEP, 1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993) e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Portanto, a partir deles os profissionais e as instituições empregadoras devem se articular para haver o cumprimento deles. Além disso vale ressaltar que o/a profissional tem sua autonomia relativa que vai ser construída dentro das tensões do cotidiano profissional e deve estar em interação com o Código de Ética Profissional para que assim o presente profissional para atuar de forma qualitativa dentro de seu espaço sócio-ocupacional possibilitando a ampliação de direitos sociais para a população.

O trabalho do/a Assistente Social no campo da educação não deve se restringir apenas ao estudante de maneira em que haja somente abordagens individuais ou mesmo ao centralizar-se na parte estudantil da escola. Deve haver uma relação entre as famílias, professores e professoras e aos demais trabalhadores da instituição de ensino que eles atuarão, assim sendo é necessário que as ações não sejam de âmbito individual, mas sim busque abarcar o coletivo de forma a articular todos os profissionais que trabalharão nesta instituição. Partindo disso deve haver a ampliação do acesso à educação em todos os níveis da política educacional, buscando assim a universalização desta política, entretanto ainda vemos que a educação pública ainda não é vista como um direito social e acaba sendo um processo de ampliação de desigualdades sociais.

A defesa para que haja as condições necessárias para o acesso à educação devem ser a luta central do/a Assistente Social dentro das instituições, além disso encontra-se que para a atuação do Serviço Social nestes locais deve ser levantado estratégias e planos de ação para desvelar as contradições postas nas instituições, levando em consideração os limites institucionais que o mesmo deparara durante sua atuação profissional naquele campo. Ademais, é dever do Assistente Social ultrapassar os conceitos e ideologias que estão introjetados neste local buscando assim tratar sobre a realidade desta instituição de forma ampla levando em consideração as vivências do coletivo e fazendo projetos de incentivo a permanência destes estudantes nestas instituições escolares sendo este o grande desafio destes profissionais.

Tendo descrito estas condições vemos que a garantia da educação de qualidade deve se pautar dentro de uma perspectiva que contribua para a apropriação da consciência de classe pela classe trabalhadora, do acervo cultural, científico e tecnológico dentro das produções realizadas durante os variados períodos históricos para que os mesmos tenham acesso a sua história e com isso haja uma distribuição de conhecimento que busque garantir uma melhor apropriação dos saberes científicos que muitas vezes se detém na classe dominante. A partir disso é possível haver um processo de desenvolvimento das capacidades intelectuais e manuais da classe trabalhadora que são necessárias para a construção de novos saberes que envolvem a distribuição de renda e a sociabilidade que são delimitadas dentro da sociedade capitalista pela classe dominante e que trazem um amplo processo de desumanização e aprofundamento de todas as violências e segregações que estão presentes em nossa sociedade.

Além disso, é necessário afirmar outros significados para a educação de forma que haja uma direção contra-hegemônica que tragam assim uma nova forma de ensino-aprendizagem dentro das instituições, de modo a abarcar as dificuldades e potencialidades de cada estudante e com isso haja assim uma educação inclusiva e democrática para todos. Para isso é necessário que o trabalho profissional se centre em se articular com os processos de dar visibilidade social e política para os sujeitos coletivos de forma fundamentada, político pedagógica de maneira a medir as condições de vida e o trabalho e educação de cada indivíduo que eles atuam no cotidiano da instituição. Entretanto ainda vemos que as ações de caráter pedagógico que são exercidas por professores e professoras ainda tem maior visibilidade, às

instituições educacionais precisam de outros trabalhadores e trabalhadoras que atuem e cumpram suas funções sociais dentro dos processos de reprodução social.

Adentrando nestas questões vemos que as formas que se justifica e se organizam as combinações de diferentes trabalhadores e trabalhadoras dentro dos processos de produção e reprodução da apreensão de sua realidade de diversos modos fazem com que haja um afastamento em relação das direções que serão utilizadas dentro dos projetos político-pedagógicos nas diversas unidades de educação desde a infância até quando o indivíduo estiver adentrando na faculdade. Isso torna este processo de pertença cada vez mais difícil pois ele não consegue se entender enquanto classe trabalhadora e com isso acaba reproduzindo os ideários da classe dominante dentro dos espaços que ele ocupa.

O Trabalho Interdisciplinar é fundamental para que haja assim a construção de atuações profissionais que se interligam e com isso tenha uma construção coletiva, deste modo ele permite que haja conexões entre ideias e conceitos entre as variadas profissões. Além disso, é essencial que sejam criadas estratégias de trabalho conjunto para que assim sejam efetivados os direitos da população nos diversos serviços e com isso é necessário que o trabalho interdisciplinar seja direcionado em volta das políticas públicas, garantindo uma política intersetorial.

Os trabalhos interdisciplinares, interinstitucionais e intersetoriais são cada vez mais relevantes para a contribuição da qualidade da educação trazendo assim uma construção coletiva, profissional e política, onde a partir disso poderá haver a criação de variados projetos que se distingam das formulações que são feitas de maneira abstrata em um contexto de realidade que não é adequado trazendo um ideário de uma educação emancipadora que não ocorre efetivamente. Além disso é essencial compreendermos a noção de qualidade da educação que se torna efetiva dentro da vinculação aos processos de luta pela democracia e pela cidadania de forma que eles possam reivindicar seus direitos e acessá-los de forma plena com isso haverá verdadeiramente um projeto que tenha em seu seio a emancipação humana da classe trabalhadora.

Assim sendo, a Psicologia e o Serviço Social têm um papel de extrema importância na Política Educacional, que deve ser pensada de forma totalizante buscando assim compreender as funções de cada profissão dentro deste âmbito escolar, fazendo com que os procedimentos e atuações estejam condizentes com cada atribuição dos profissionais. Partindo disso podemos ver que a Psicologia

Escolar Educacional não deve levar somente em consideração os indicadores que são levantados pelo sistema educacional que são resultados de políticas públicas que trazem uma proposição da universalização do ensino, pois vemos que dentro desta perspectiva histórica houve a legitimação de preconceitos clínicos que traziam uma perspectiva de individualização dentro das instituições escolares, fazendo com que houvesse a culpabilização do indivíduo.

A atuação dos Psicólogos vem tendo uma nova perspectiva durante os anos, focalizando na função social e política da escola que tem em seu espaço diversas contradições que devem ser exploradas pelo profissional, trazendo assim a possibilidade da criação de uma sociedade mais justa e igualitária. Partindo disso vemos a importância do profissional dentro deste campo de atuação, assim sendo o mesmo tem sua função de contribuir com os educadores a promoção do desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes em uma perspectiva integralizante do sujeito, além disso deve se promover o desenvolvimento emocional, social e motor por meio de atividades que busquem a integração dos estudantes na escola fazendo a interligação das crianças, famílias e a comunidade.

A partir disso houve a motivação para a criação da Associação Brasileira de Psicologia Escolar (ABRAPEE, 1990) que apesar de sua consolidação a partir da promoção de eventos da área e a edição de uma revista científica específica, ainda não havia criado o impacto necessário para que houvesse a aproximação dos Psicólogos com as instituições de ensino. Tendo descrito estas questões, vemos que antes disso a Psicologia Escolar era uma área de aplicação da Psicologia que foi definida como obrigatória pelo Currículo Mínimo que foi estabelecido pelo Conselho Federal de Educação em 1962, mas atualmente foi considerada uma formação eletiva para os estudantes de graduação em Psicologia.

Adentrando neste aspecto vemos que após a criação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996) o Currículo Mínimo foi retirado e assim houve a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs, 2004) que fazem uma intermediação por meio dos Núcleos Comuns e áreas de ênfases curriculares ou de aprofundamento de estudos, isso traz um novo modelo de ensino para os cursos de graduação em Psicologia, fazendo com que os mesmos tenham que oferecer no mínimo duas ênfases durante a formação desse estudante na graduação. Além disso, esta situação faz com que haja uma diversificação entre a formação dos estudantes dentro do território nacional, fazendo com que haja distintas possibilidades de estudos e práticas

profissionais. Assim sendo vemos que dentro desta situação há uma predominância em volta da atuação clínica na maioria dos cursos de graduação do país, fazendo com que a situação não mude mesmo que haja alterações nas políticas (Guzzo; Mezzalira; Moreira; Tizzei; Neto, 2010).

O Conselho Federal de Psicologia, em 2007, torna a Psicologia Escolar como uma especialidade, mesmo não havendo mudanças na condição do reconhecimento da importância dos/as Psicólogos/as dentro das escolas, principalmente quando se remete aos educadores que mantêm rigidez nesta aproximação. A partir disso fica assim delimitado o modelo de atuação do/a Psicólogo/a no âmbito da educação, tendo como ponto de partida a realização de pesquisas, diagnósticos e intervenções de maneira preventiva ou corretiva em dois formatos: grupo e individual, dessa forma houve um ideário que haveria a possibilidade de mudança da realidade somente com a resolução que foi proposta dentro do âmbito da categoria profissional (Guzzo; Mezzalira; Moreira; Tizzei; Neto, 2010).

Partindo disso, temos uma questão intrínseca com esta delimitação da atuação profissional que ainda tem sido uma prerrogativa que não se encontra de modo solucionável no momento, pois ainda existe uma distância relativamente grande entre o papel atribuído pelo/a Psicólogo/a no campo teórico considerando as demandas que são trazidas dentro do ambiente escolar. Tendo descrito estas questões vemos que há uma necessidade de contextualização da atuação do/a Psicólogo/a na realidade educacional e social brasileira durante o período em que for instituído sua regulamentação para atuar nos espaços educativos, trazendo assim uma forma de dar subsídios para uma atuação de qualidade que esteja a favor dos interesses da sociedade de modo a atenuar as consequências que são trazidas pelo cotidiano destes estudantes.

Além disso, é fundamental que haja a criação de referências para a atuação destes profissionais no âmbito escolar, mesmo havendo ainda uma dificuldade em volta do perfil de atuação deste profissional neste âmbito. Portanto vemos que a relação entre teoria e prática deve estar bem delimitada para que haja assim o comprimento de suas atribuições de maneira efetiva dentro dos espaços educacionais que ele atuará, entretanto se não houver esta interligação pode haver uma deficiência na sua prática profissional que muitas vezes está relacionada com sua formação profissional. Assim sendo deve haver a proposição que haja dentro da formação deste profissional o contato com a pesquisa e a extensão fazendo com que ele opere de

forma coerente com as suas atribuições e tenha um contato maior com a sociedade desde sua graduação.

A Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) foi constituída com o foco no acompanhamento da formação profissional, fazendo com que haja debates que propiciam o entendimento de algumas questões que são de fundamental importância para a profissão dentro delas se encontram o apoio em volta das Diretrizes e encontramos a reprovação da constituição delas, que faz com que tenhamos princípios opostos dentro da profissão. Assim sendo vemos a relevância do aprofundamento do conteúdo das Diretrizes dentro do próprio corpo docente, coordenadores de curso e suas estruturas curriculares para que assim haja um princípio homogêneo dentro da profissão.

Ademais, vemos que ainda assim a ABEP possui algumas dificuldades para se organizar enquanto um debate nacional sobre a formação profissional de Psicologia de forma a responder às demandas que são impostas pela realidade brasileira. Entretanto vemos que as discussões ampliadas podem trazer possibilidades para a estruturação da formação, trazendo assim a diversificação dos espaços de aprendizagem, criando formas de integrar e ampliar as interações entre os profissionais e o desenvolvimento de habilidades e competências de forma transversal. No entanto, ainda temos a continuação de uma vertente de formação básica na profissão que não possui nenhum tipo de qualificação profissional dificultando uma ação política de maior abrangência e que possa trazer mudanças dentro da profissão.

O pensamento crítico dentro do âmbito da Educação é de extrema importância para que haja um posicionamento que não tenha em si mesmo uma forma de reproduzir as estratégias de manutenção do capitalismo pela classe dominante, além disso dentro deste aspecto vemos que no âmbito escolar houveram alguns avanços e isso faz com que haja a ruptura com alguns hábitos e costumes que antes eram intrínsecos dentro da sociedade e no âmbito escolar, fazendo com que houvesse relações de poder que se manifestavam de forma a excluir pessoas consideradas “diferentes”. Dessa forma vemos que o processo de emancipação e transformação ainda tem em si mesmos um longo processo para sua efetivação, pois dentro das escolas há um espaço amplamente contraditório e com isso é dever do/a Psicólogo/a e do/a Assistente Social trabalhar de modo a abarcar esta realidade que é manifestada dentro do cotidiano destes indivíduos que serão atendidos por eles.

Deste modo o conhecimento que a Psicologia produz é de extrema relevância para a análise da história em relação com a Educação, de modo a apresentar elementos que serão identificados dentro deste ambiente e a partir destes estudos poderá ser criadas estratégias para que os profissionais tenham maior participação dentro deste espaço contribuindo para uma investigação e estruturação de projetos para o local que ele atuará. Além disso, vemos que as principais temáticas que estão sendo estudadas em volta da presente área estão relacionadas com as necessidades especiais, formação do educador e orientação profissional, isso nos leva a refletir sobre a direção da atuação profissional destes profissionais que a partir destas áreas estudadas podem se deter em vertentes diferentes, de modo em que alguns poderão se centrar de modo conservador ou progressista.

Dentro destes aspectos é fundamental salientar que a Psicologia e o Serviço Social tiveram em sua construção vertentes conservadoras que serviram para a manutenção da estrutura que era vigente naquele momento, mas durante sua renovação foi trazida para estas profissões uma nova vertente que busca tratar da realidade de modo crítico e isso fez com que a atuação destes profissionais tivesse um grande avanço durante os anos. Portanto é necessário que a luta por estes profissionais dentro do âmbito escolar, se respaldando na Lei 13.935/2019 se mantenha de modo que haja assim a garantia de uma educação de qualidade para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No sistema capitalista em que vivemos há a exclusão e a opressão das pessoas com deficiência, causando uma culpabilização do indivíduo por sua atual posição dentro da sociedade, além disso vemos que as famílias destes indivíduos sofrem juntamente com esta exclusão e com isso o adoecimento é inerente a esta condição. Portanto, temos que a inclusão é essencial dando assim maiores oportunidades para os mesmos e com isso haja uma equiparação dentro dos espaços que ele irá ocupar.

Dentro destes aspectos, o objetivo geral baseou-se na compreensão da inclusão educacional e social de todas as crianças com o TEA. Nesse sentido, a pesquisa buscou compreender se a legislação vigente está sendo efetivada e como isso afeta a população que necessita dela para efetivar seus direitos. Além de que quando pensamos na inclusão social e educacional das crianças com TEA, temos que isso é respaldado pela Constituição Federal de 1988, trazendo assim que todo e qualquer cidadão tem por direito educação, saúde, entre demais serviços que tragam qualidade de vida para os indivíduos.

Os objetivos específicos deste trabalho basearam-se no estudo da legislação vigente para identificar os avanços e retrocessos da inclusão educacional e social das crianças com TEA e desta forma compreender as dificuldades destas crianças em meio ao espaço educacional. A partir disso, foi levantado estudos bibliográficos que estivessem interligados com a contribuição para uma educação de qualidade e inclusiva. Ademais, ressaltamos a importância da educação e como ela traz grandes contribuições dentro da sociedade, podendo assim trazer novos pensamentos e perspectivas sobre a realidade que vivenciamos.

Neste sentido constata-se que o objetivo geral e específicos foram atendidos, pois a partir das legislações e bibliografias foi obtido informações que evidenciaram as dificuldades que envolviam a inclusão educacional e social das crianças com TEA. Assim sendo, a pesquisa traz a reflexão das negligências postas dentro do âmbito educacional e social frente a estes indivíduos e com isso ela faz seu papel de elucidar a importância da efetivação de direitos desta população que é invisibilizada dentro da sociedade.

A partir disso foi visto a necessidade da compreensão das legislações que tratavam da Educação Especial, inclusão, TEA e o trabalho dos/as Assistentes Sociais e Psicólogos/as para assim identificar as problemáticas postas dentro do âmbito

educacional para que houvesse a efetividade da inclusão, chegando assim na conclusão que a Educação Especial é marcada em torno de uma educação segregadora e que impacta no processo social dos indivíduos que estão participando deste espaço, mas também proporciona um espaço acolhedor para os indivíduos que por algum tipo de especificidade não conseguirão se adaptar na escola regular.

A inclusão ainda é considerada uma problemática dentro do âmbito educacional, sendo assim marcada por várias contradições, principalmente quando vamos tratar das escolas regulares, os equipamentos e estrutura física que ela possui que muitas vezes não é adequada para as especificidades que os estudantes apresentam, dificultando a sua integração e permanência dentro deste espaço e isso acaba trazendo a evasão escolar deste estudante. Isso traz consequências para a sua carreira profissional, pois ele não tendo acesso à escolarização necessária não conseguirá ter acesso a funções que sejam de maior rigor e com isso perderá oportunidades para se desenvolver dentro da empresa em que ele será funcionário.

O TEA traz consigo legislações e especificidades que devem ser levadas em consideração para que assim haja a devida inclusão destes indivíduos no meio educacional e social. Adentrando nestes aspectos vemos que é primordial o conhecimento do Transtorno para que assim possa haver a criação de políticas públicas que tragam as devidas demandas desta população. Além disso os movimentos sociais, as famílias, a sociedade e os próprios indivíduos devem estar envolvidos dentro desta luta para que assim eles consigam ter efetivamente seus direitos garantidos.

A atuação dos/as Assistentes Sociais e Psicólogos/as devem estar atrelados a compreensão da realidade, assim sendo é necessária uma visão totalizante das expressões da questão social que estão engendradas dentro do âmbito educacional e com isso haja proposições para que haja um espaço mais inclusivo, equitativo e democrático para os estudantes, professores e demais executores da Política de Educação. Adentrando nestes aspectos vemos que tanto o Serviço Social quanto a Psicologia tiveram em sua construção vertentes conservadoras e com isso é fundamental que elas tenham como vertente central a criticidade para conduzir uma atuação que busque garantir direitos sem que haja discriminações, mas que esteja centrada na inclusão.

Sendo assim, as análises das biografias e documentos trouxeram a identificação da realidade que está posta dentro do ensino regular, de modo em que

durante os anos houve grandes avanços, mas também foram vistos grandes retrocessos em torno da inclusão destes indivíduos, onde eles são considerados um “problema”, dentro das instituições de ensino e com isso sua recepção neste espaço não é acolhedora, proporcionando problemas para sua adaptação. Adentrando nestes aspectos vemos que a escola ainda é uma instituição que reproduz o conservadorismo e com isso este espaço acaba sendo um local de violações de direitos e discriminações. Deste modo temos que é fundamental que haja uma melhor estruturação da Política de Inclusão dentro do âmbito educacional para que assim seja efetivamente garantido a participação e permanência destes estudantes nas instituições de ensino.

Portanto, concluímos que a presença destes estudantes é fundamental para a criação da diversidade e da maior qualidade de desenvolvimento para eles, assim sendo vemos que há diversas dificuldades para a implementação das condições necessárias para que estes indivíduos possam adentrar neste espaço e com isso ainda vemos uma tendência em torno da Educação Especial, dentro disso pode-se compreender a segregação que ainda se mantém dentro do espaço educacional. Com isso, vemos que a inserção de Assistentes Sociais e Psicólogos/as dentro do ambiente escolar é de extrema importância pois a partir disso poderá haver a construção de um local mais democrático e participativo, buscando assim atenuar as dificuldades encontradas nas escolas regulares frente às variadas facetas da questão social.

Neste sentido, foi verificado e compreendido as legislações vigentes de modo a identificar sua efetividade e assim foi evidenciado como a negligência destas leis afetam a população que necessita delas para efetivar seus direitos. Ademais, vemos a relevância da educação e sua contribuição para a sociedade, de modo a trazer novos pensamentos e perspectivas sobre a realidade que vivenciamos e com isso devemos lutar para que ela seja de acesso igualitário para todos/as. A partir disso é possível avançar dentro da inclusão social e educacional das crianças com TEA, de modo em que eles tenham uma vivência inclusiva e diversa trazendo assim grandes benefícios tanto para eles quanto para o espaço educacional. Outro ponto fundamental é que a partir da presente pesquisa foi possível dar visibilidade para a temática fazendo com que a academia científica e a população tenham acesso a estas discussões feitas e compreendam a importância e maneiras de incluir estas crianças dentro dos meios educacionais e sociais.

Dado que, cabe a nós profissionais da área do Serviço Social fazer articulações em torno da educação especial, focalizando os estudos nas deficiências intelectuais, pois ainda há poucos estudos em volta da presente temática e com isso não se tem uma grande visibilidade dentro da profissão, causando assim uma grande lacuna de produção frente a mesma. Deste modo, compreendendo o Código de Ética Profissional e as defesas que ele se detém a cumprir é fundamental que a profissão se atente às demandas presentes para esta população que é invisibilizada dentro da sociedade, garantindo que os direitos dela sejam assegurados a partir de políticas públicas.

Por fim, é essencial compreendermos que a presente pesquisa está aberta e não se esgota em suas reflexões, pois compreendendo que a realidade é dinâmica, é necessário que haja produções futuras que busquem atenuar as problemáticas que serão enfrentadas durante os próximos anos, para que assim possamos superar os desafios e resultados aqui estabelecidos, para que a inclusão das crianças com TEA não se finde e consigamos alcançar a inclusão de modo efetivo para as mesmas e com isso o espaço educacional seja democrático, equitativo e inclusivo, de modo que não se reproduza violências institucionais ou da sociedade dentro do presente espaço.

REFERÊNCIAS:

ACADEMIA DO AUTISMO. **ABA: entendendo o comportamento para mudá-lo - Canal Autismo**. Canal Autismo, 2021. Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/artigos/aba-entendendo-o-comportamento-para-muda-lo/>. Acesso em: 27/06/2023.

ABEP - Conselho Regional de Psicologia Santa Catarina - 12a Região. Conselho Regional de Psicologia Santa Catarina - 12a Região. Disponível em: <https://crpsc.org.br/abep#:~:text=ABEP%20A%20Associa%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira%20de%20Ensino%20de%20Psicologia,o%20aprimoramento%20da%20forma%C3%A7%C3%A3o%20em%20Psicologia%20no%20Brasil..> Acesso em: 31/08/2023.

ABRAPEE. Constituição e Estatuto da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional. Campinas, 1991.

ALMEIDA, Sandra Francesca Conte de. **O psicólogo no cotidiano da escola: re-significando a atuação profissional**, 2002. In: GUZZO, Raquel Souza Lobo (Org.). **Psicologia escolar: LDB e educação hoje** (2ª ed.), p. 77-90. Campinas: Alínea.

Apae Brasil. Disponível em: <https://apaebrasil.org.br/>. Acesso em: 20/04/2023.

Art. 32 da Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96 | Jusbrasil, 1996. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11691412/artigo-32-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>. Acesso em: 11/03/2023.

BRAGA, Paola Gianotto; SANTOS, Stéfani Quevedo de Meneses dos; BUYTENDORP, Adriana Aparecida Burato Marques. **Cartilha transtorno do espectro autista**. Campo Grande, MS: Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul – SED/MS, 2019. 28 p. e-Book. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Cartilha-TEA-E-Book-1.pdf>. Acesso em: 04/09/2023

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica** - MEC; SEESP, 2001, p. 40.

BRASIL. **A prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica**. L13935, 2019. Planalto.gov.br. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13935.htm. Acesso em: 31/08/2023.

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 11/03/2023.

BRASIL. **Decreto nº 7611**. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 28/06/2023.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, 2004.

BRASIL. L8069. **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 11/03/2023.

BRASIL. L9394. **DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL**, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 11/03/2023.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10/06/2023.

BRASIL. **Lei de Regulamentação da Profissão**, 1993. Planalto.gov.br. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 31/08/2023.

BRASIL. **POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. Brasília, 2008. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 27/06/2023.

BRASIL. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 10/06/2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 20/07/2023.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). Disponível em: <https://site.cfp.org.br/>. Acesso em: 31/08/2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS) **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993, p. 23-24.

CRUZ, Lídia de Lima Prata; CAMARGOS, Walter Jr; FACCHIN, C. T.. **Modelos cognitivos dos transtornos do espectro do autismo**, 2013. In: CAMARGOS, Walter Jr. **Síndrome de Asperger e Outros Transtornos do Espectro do Autismo de Auto Funcionamento: da avaliação ao tratamento**, 2013. Belo Horizonte: Artesã Editora. p.161-182.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 11/03/2023.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos - Conferência de Jomtien, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 11/03/2023.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 03/06/2023.

Diretrizes Curriculares da ABEPSS | ABEPSS, 1996. Abepss.org.br. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>. Acesso em: 31/08/2023.

FERRARI, Fernanda Aparecida Augusto; DUGOIS, Rosana Cristina Miranda; Schlünzen, Elisa Tomoe Moriya. **Educação Inclusiva: desafios e dificuldades no cotidiano da escola comum**, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 67.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUZZO, Raquel Souza Lobo; MEZZALIRA, Adinete Sousa da Costa; MOREIRA, Ana Paula Gomes; TIZZEI, Raquel Pondian; NETO, Walter Mariano de Faria Silva. **Psicologia e Educação no Brasil: uma visão da história e possibilidades nessa relação**. Psicologia: Teoria E Pesquisa, v. 26, n. spe, p. 131–141, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/fV7MZsGSyvt4V8RkvMYGtb/>. Acesso em: 31/08/2023.

KASSAR, Mônica Carvalho Magalhães. **Educação especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade**. v. 33, n. 120, p. 833–849, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/9GqQTbYV8QjfVWpqjdyFHDP/>. Acesso em: 03/06/2023.

LIMA, Miriam Torres; GOMES, Anny Kaliny Soares. **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO OBJETO DE INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL**. Revista Includere, 2017. p.179-190. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/includere/article/view/7407>. Acesso em: 06/09/2023.

LOPES, Maria Celeste de Sousa; RODRIGUES, Maria João. **A inclusão social da pessoa com deficiência no mercado de trabalho**, 2015. Disponível em: <https://revistas.udc.es/index.php/reipe/article/view/reipe.2015.0.07.276>. Acesso em: 06/06/2023.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico] : DSM-5 / [American Psychiatric Association ; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014, p. 53-55.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996, p. 58.

MOZETTI, Fernanda Cristina de Souza. **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de

Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Franca, 2022.

PATTO, Maria Helena de Souza. **Psicologia e ideologia**: uma introdução crítica à psicologia escolar. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado / Rosimar Bortolini Poker ... [et al.]. – São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013, p. 184.

RODRIGUES, Leandro. **Autismo: método ABA ou método TEACCH?**. Instituto Itard, 2017. Disponível em: <https://institutoitard.com.br/autismo-metodo-aba-ou-metodo-teacch/#:~:text=TEACCH%20%28Treatment%20and%20Education%20of%20Autistic%20and%20related,autistas%20em%20diversas%20situa%C3%A7%C3%B5es%20frente%20a%20diferentes%20est%C3%ADmulos..> Acesso em: 27/06/2023.

SANTOS, Guilherme Alexandre. **OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO**, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/575784/1/ARTIGO%20GUILHERME%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA%20%281%29%20%282%29.pdf>. Acesso em: 03/06/2023.

SCHNEIDER, LUANA ROBERTA; PEREIRA, Rui Pedro Gomes; FERRAZ, Lucimare. **Prática Baseada em Evidências e a análise sociocultural na Atenção Primária**. v. 30, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/kq66hywGnfmM4JtrftJM4ys/>. Acesso em: 27/06/2023.

SEBASTIÁN-HEREDERO, Eladio. **Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)**. v. 26, n. 4, p. 733–768, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/F5g6rWB3wTZwyBN4LpLgv5C/>. Acesso em: 04/07/2023.

TANNÚS-VALADÃO, Gabriela; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado**: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. Revista Brasileira de Educação, v. 23, n. 0, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mJJDHWr3xyVzztRdVjdhJSg/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 03/07/2023.